

SUMÁRIO

C elso Furtado: generosidade, complexidade e ética <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
E conomia paranaense: resultados em 2004 <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	6
S alário mínimo e emprego no Brasil em 2004 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	11
O PIB de 2004 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	14
A valiação do mercado de trabalho na RMC no período de janeiro a setembro de 2004 <i>Sachiko Araki Lira</i>	16
E volução recente dos preços no mercado mundial de petróleo e no mercado de Curitiba <i>Fernando Nobuhiro Kajita, Lucas Lautert Dezordi e Rosenei Novochadlo da Costa</i>	19
O caráter mutante do trabalho <i>Silmara Cimbalista</i>	24
O desempenho das exportações paranaenses no período de janeiro a outubro de 2004 <i>Shelbert Braz</i>	27
P araná – Destaques Econômicos <i>Júlio Takeshi Júnior, Jennifer França Zacarias Silva, Amanda Rasmussen Zimovski e Shelbert Braz</i>	29
E conomia Paranaense Indicadores Seleccionados	31

Celso Furtado: generosidade, complexidade e ética¹

Gilmar Mendes Lourenço*

As reflexões realizadas por ocasião da morte do intelectual brasileiro Celso Furtado, em 20 de novembro de 2004, reforçaram a idéia da necessidade urgente de realização de um desvio na discussão macroeconômica do País. As questões conjunturais, preferidas pelas elites, como reuniões e atas do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, posições do Brasil nos rankings internacionais de risco, instabilidade das bolsas de valores, dentre outras, poderiam ceder espaço para o pensamento e a formulação de uma agenda desenvolvimentista contemporânea, abarcando os interesses da esmagadora maioria dos agentes econômicos e sociais do País.

Pessoalmente, quando tive os primeiros contatos com a Ciência Econômica, no começo dos anos 70, notei que os professores falavam muito de um brasileiro chamado Celso Furtado e de seu livro *Formação Econômica do Brasil*, publicado originalmente em 1959, e traduzido para o inglês em 1963 pela University of Califórnia Press. O mais incrível, e quase desastroso, foi o extravio das mais de trezentas páginas originais da obra, quando despachada pelo correio da Universidade de Cambridge para o Brasil, forçando o mestre Furtado a despender enorme tempo para recuperá-la, com a ajuda de fichas em microfilme e de uma máquina de escrever comprada na Itália. Durante o trabalho de recomposição Furtado fez uma limpeza, retirando partes que considerou não essenciais, resultando no seu único livro jamais retocado.

Fui à busca dessa obra, apesar de saber que teria que estudá-la – como componente da disciplina que carregava o mesmo nome – apenas no segundo ano da faculdade. Esse detalhe importava pouco. Desde então, debruicei-me sobre os assuntos tratados naquele livro, mesmo reconhecendo que provavelmente ainda não estivesse preparado para entendê-los em sua plenitude. Tudo se resolveu na cadeira de Formação Econômica do Brasil, conduzida por meio da realização de seminários, na seqüência rigorosa dos capítulos daquela obra, recheados com contribuições de Ignácio Rangel e do historiador Caio Prado Júnior, considerados, ao lado de Furtado, os patronos da economia política no Brasil.

Tratava-se de um enfoque estruturalista sobre o subdesenvolvimento, de concepção keynesiana, percorrendo os caminhos do colonialismo e da escravatura, passando pela independência, monarquia e república, e

chegando à construção da industrialização brasileira com pronunciada presença e participação do Estado.

Na vida acadêmica ainda tive o privilégio da companhia de outras contribuições de Furtado em disciplinas relacionadas com o Desenvolvimento Econômico. Havia sempre uma enorme curiosidade, de minha parte, em descobrir como alguém podia escrever de forma tão simples a respeito de assuntos tão complexos e profundos. No começo da década de 80 surgiu a oportunidade de conhecer Furtado pessoalmente, em um evento da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

Não fosse a fonte inspiradora chamada Furtado, José Serra seria engenheiro, e Luciano Coutinho um médico

Fiquei surpreso com aquela figura modesta, que participava das atividades como se fosse um simples estudante. Talvez fosse essa a chave para decifrar o enigma da facilidade da comunicação escrita sobre temas complicados. Isso também ajudava a entender o fascínio exercido por Furtado sobre inúmeros profissionais, como José Serra, que, depois de ouvi-lo em um Seminário na Universidade de São Paulo, decidiu estudar Economia após formar-se no curso de Engenharia, e Luciano Coutinho, que simplesmente abandonou a Medicina, em razão do encantamento exercido por Furtado ao mostrar como as sociedades surgiam a partir do exame de processos históricos. O sociólogo Francisco Oliveira, ao sublinhar a capacidade de persuasão de Furtado, chegou a mencionar que quem tivesse a chance de assistir a uma conferência do mestre sairia convencido pelo resto da vida.

Na recordação dos incontáveis pontos importantes na vida pública de Furtado, é impossível ignorar o fato de ele ter sido o maior expoente da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), entidade da

*Economista, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Professor da FAE Business School.

Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1948, visando preparar e recomendar políticas de desenvolvimento para a região.

Conforme Bielschowski, citado por Cintra (2004, p.A10), Furtado foi co-autor da teoria do subdesenvolvimento periférico da América Latina, ou do método conhecido como análise histórico-estrutural, “voltado à interpretação das transformações nas estruturas econômicas, políticas, institucionais, culturais, a partir da perspectiva histórica de médio e longo prazo”.

A idéia básica, de cuja formulação Furtado participou, constituía-se na deterioração dos termos de intercâmbio dos países periféricos em relação aos países centrais, marcada pela tendência estrutural de declínio dos preços das matérias-primas e dos produtos agrícolas exportados pelas economias subdesenvolvidas frente aos preços dos bens industrializados ofertados pelas nações mais avançadas. Quando choques externos aprofundavam essa relação comercial desigual, abria-se espaço para a deflagração de movimentos endógenos de industrialização.

De acordo com o economista argentino Raul Prebisch, lembrado por Malan (2004, p.10), “enquanto no centro os aumentos de produtividade eram parcialmente apropriados pelos trabalhadores, em forma de salários mais altos, na periferia, quando ocorriam, esses aumentos eram apropriados pelos compradores dessas matérias-primas, em forma de preços mais baixos”.

Nesse contexto, a abundância, baixo custo e escassa qualificação da mão-de-obra, a concentração de renda, a reduzida dimensão do mercado doméstico e a ausência de inversões em inovação tecnológica eram as marcas da periferia. Daí a diminuta diversificação e integração da base produtiva e sua especialização em produtos primários.

Furtado deu uma enorme impulsão ao pensamento econômico latino-americano e brasileiro quando, junto com Maria da Conceição Tavares e Prebisch, definiram um choque adverso – a Grande Depressão, ocorrida entre 1929 e 1933 – como o divisor de águas entre o modelo primário exportador – prevalente na economia brasileira desde o final do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX – e a industrialização voltada para o mercado interno.

Conforme avaliação de Pereira (2004, p.8),

[...] embora criticando a ortodoxia convencional com vigor, porque via ali interesses contrários aos do país, Celso Furtado jamais aceitou a solução falsamente keynesiana de incorrer em déficit público para promover o crescimento. Sua luta, hoje, no Brasil, contra as taxas de juros decididas pelo Banco Central visava precisamente proteger o tesouro nacional e viabilizar a recuperação da poupança pública e dos investimentos na infra-estrutura.

Quando ministro extraordinário do Planejamento do governo parlamentarista de João Goulart, Furtado não encontrou espaço político para a viabilização do Plano Trienal de Desenvolvimento, que objetivava restabelecer a normalização das relações do Brasil com

a comunidade internacional, em meio a uma crise econômica e institucional sem precedentes no País.

Na seqüência, foi cassado pelo Ato Institucional n.º 1, logo após o Golpe Militar de 1964, tendo vivido mais de vinte anos fora do Brasil, tornando-se um dos mais intransigentes lutadores contra o regime autoritário que produzia recessão, desemprego e miséria. No exílio, mesmo carregando a fama de subversivo, foi acolhido por universidades aristocratas como Yale, nos Estados Unidos, e Sorbonne, na França. Na redemocratização do País, pós-1985, figurou como ministro da Cultura do presidente Sarney, engrandecendo um governo fraco.

Na Sudene, Furtado pôde exercitar toda a sua preocupação com as desigualdades regionais no Brasil e com a miséria secular do Nordeste

Contudo, ele mesmo reconheceu, no Seminário Latino-Americano de Economia, realizado em sua homenagem no Rio de Janeiro, em 1999, que sua experiência profissional mais expressiva foi na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), ocasião em que pôde exercitar toda a sua preocupação com as desigualdades regionais no Brasil e, especificamente, com a miséria secular daquela região.

Furtado insistia no argumento de que o grande problema do Brasil não era o latifúndio, e sim o minifúndio, ou mais especificamente a insuficiente ação oficial em favor da elevação da produção de alimentos destinada ao mercado interno, centrada nos pequenos estabelecimentos rurais. O descaso com a agricultura de pequena escala representava um dos elementos responsáveis pela miséria do povo nordestino que “produz para comer, se não produzir não come”.

Antes disso, no governo Juscelino Kubitschek, depois de trabalhar menos de um ano, entre 1958 e 1959, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Furtado optou por investigar as chances de promoção de modificações nas bases econômica e social do Nordeste, por intermédio da implementação de políticas públicas. Coordenou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), referência para a criação da Sudene em 1959, da qual Furtado foi o primeiro superintendente.

A propósito da ênfase dada por Furtado à necessidade de atenuação dos desníveis macrorregionais de geração e apropriação do esforço produtivo e de fortalecimento do mercado interno como condição indispensável ao crescimento econômico, Mendes e Teixeira (2004, p.26) sublinharam a reflexão multidisciplinar do mestre ao argumentarem que a redução das desigualdades “possibilitaria ao Brasil uma capacidade ampliada do mercado interno a fim de tornar-se fonte dinâmica de um desenvolvimento econômico sustentável, menos vulnerável às forças estabilizadoras externas – sejam comerciais, tecnológicas ou financeiras”.

No fundo, a questão regional e a concentração de renda representaram o eixo do modelo de interpretação da incapacidade de a industrialização brasileira substitutiva de importações produzir um abrangente mercado doméstico e, conseqüentemente, a eliminação do subdesenvolvimento.

Como poucos, Furtado interpretava e praticava os princípios da economia no âmbito do abrangente campo das ciências sociais. Para ele a economia deveria representar apenas um meio para a construção e a partilha do progresso. Na interpretação de Mendes e Teixeira (2004, p.21), “para aqueles que procuram pensar a sociedade brasileira, observando os impactos econômicos e sociais de longo prazo, Furtado é não só leitura obrigatória, um clássico, mas uma referência necessária para a compreensão das ligações sociais e econômicas que orientam o campo das alternativas e a construção do nosso futuro”.

Em vez de ouvir os ensinamentos de Furtado, as autoridades brasileiras renderam-se à lógica dos mercados

É pena que algumas das pessoas influentes que ouviram o mestre ou não conseguiram compreender o significado de suas palavras e o alcance de suas idéias ou renderam-se às benesses dos mercados, que, na visão de Furtado, representam apenas um conjunto de agentes bem informados capazes de interferir em decisões estratégicas. Ainda assim, a dimensão ética prevalecente nas reflexões do mestre o impedia de formular e multiplicar críticas mais ásperas à postura econômica do governo Lula.

Os especialistas dos mercados chegam a argumentar que o modelo de utilização do Estado brasileiro como indutor, orientador, mercado e provedor de insumos e de infra-estrutura à iniciativa privada sucumbiu com a crise da dívida externa dos anos 80 e suas implicações na deterioração das contas públicas e na elevação das taxas de inflação.

Alegam, de forma precipitada e/ou simplificada, que esses problemas teriam sido sanados nos anos recentes, pela sincronização entre superávits na balança comercial, instituição do câmbio flutuante, superávits primários nas contas públicas e monitoramento do Plano Real em regime de fixação de metas de inflação. Esquecem-se, não por acidente, de anunciar os custos tributários e financeiros da estratégia, represando as possibilidades de crescimento econômico.

De vez em quando, alguns alunos me perguntam por que Celso Furtado nunca foi cogitado para concorrer ao Prêmio Nobel de Economia. Não tenho dúvidas em responder que os economistas/julgadores da academia são inteligentes o suficiente para reconhecerem que o Nobel sempre foi demasiadamente diminuto para Furtado. Na verdade, a sondagem ocorrida em 2003 foi apenas protocolar. Celso é um dos maiores economistas do mundo em todos os tempos, ao lado de grandes pensadores como Smith, Ricardo, Keynes e Kalecki.

A sociedade brasileira será eternamente grata aos ensinamentos disseminados por Furtado em suas ações e obras como *Raízes do Subdesenvolvimento; Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico; O Brasil Pós-Milagre; O Mito do Desenvolvimento Econômico; Análise do Modelo Brasileiro; Não à Recessão e ao Desemprego; A Fantasia Desfeita; A Fantasia Organizada; Brasil, a Construção Interrompida; O Capitalismo Global; Em Busca de um Novo Modelo*, dentre outras contribuições críticas ao paradigma sustentado no binômio formado por endividamento externo (troca da poupança interna por externa) e concentração de renda, que permite a valorização do câmbio e a transferência de riqueza dos segmentos da base da pirâmide social em favor das elites, subsidiada pelo Estado.

A título de exemplo, segundo cálculos do IBGE, entre 1999 e 2003 a participação da poupança das organizações produtivas e das famílias na poupança interna do País caiu de 48,3% e 61,8% para 52,8% e 41,4%, respectivamente. Enquanto isso, a poupança das empresas financeiras subiu de 4,5% para 8,2% do total, estimulada pelos juros reais elevados, e a poupança pública recuou de -38,7% para -11,4% do total, o que explica o agravamento do sucateamento da infra-estrutura.

Em *O Longo Amanhecer*, publicado em 1999, desencantado com a forma passiva de inserção brasileira na globalização, Furtado chegou a sublinhar que “em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”. Porém, o esforço intelectual do cientista social brasileiro mais lido no planeta (escreveu mais de três dezenas de livros traduzidos em cerca de quinze idiomas) permanece extremamente atual, renovado e repleto de soluções para os problemas do País, a despeito de supostas releituras dos preceitos cepalinos originais defendidas por Cardoso (2004, p.52) vinculados aos “sinais de uma nova forma de integração das economias da periferia na economia internacional, decorrente do investimento direto das multinacionais nesses países”.

Por certo, as alterações do marco institucional da economia brasileira verificadas nos anos 90, centradas na abertura comercial e financeira, nas privatizações, na desregulamentação e na reestruturação industrial defensiva das empresas, impõem forte atuação do Estado na direção do resgate dos componentes de competitividade sistêmica do País e da negociação política de um projeto de crescimento com redistribuição de renda e inclusão social.

Afinal, como lembrou Lagos (2004, p.A3), “o verdadeiro desenvolvimento – não o crescimento econômico que surge da mera modernização das elites – só pode existir quanto existe um projeto social por trás dele”. Em outros termos, pela formulação do nacional-desenvolvimentista Furtado, o desenvolvimento não deriva de um processo natural, involuntário e fruto das circunstâncias dos mercados, sendo resultado fundamentalmente de uma articulação social planejada e multiplicada por iniciativas racionais do aparelho de Estado.

De outra parte, o subdesenvolvimento não reproduz uma fase na formação de um sistema econômico maduro, devendo ser compreendido pela disseminação dos padrões de consumo, técnicas de produção e recursos financeiros das economias centrais no sentido de espaços geográficos periféricos, dependentes e caracterizados por profundas disparidades sociais.

Furtado foi rigorosamente o formulador da teoria do subdesenvolvimento. Antes dele, havia os princípios explicativos do crescimento econômico, aplicados aos países em desenvolvimento que conseguiram homoge-

neizar suas sociedades. No outro extremo estariam as nações subdesenvolvidas, das quais muitas lograram êxito em seus projetos de modernização, mantendo ou ampliando o grau de exclusão social.

Em uma entrevista concedida ao repórter Ernesto Paglia, da Rede Globo, em 1998, o professor Furtado mencionou nunca ter se interessado em participar mais ativa e diretamente do processo político, alegando, de maneira generosa, que teria nascido para pensar, “sendo sua responsabilidade ajudar os outros a enxergar as coisas”.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Fernando H. A vida e a obra de Celso Furtado. **Exame**, São Paulo: Abril, v.38, n.24, p.52, 8 dez. 2004.
- CINTRA, Marcos Antonio. Furtado explicou nosso atraso, diz economista. **Folha de S. Paulo**, 28 nov. 2004. Caderno Brasil, p.A10.
- LAGOS, Ricardo. Celso Furtado e a América Latina. **Folha de S. Paulo**, 28 nov. 2004. Caderno Brasil, Opinião, p.A3.
- MALAN, Pedro S. Apaixonado explicador do Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 26-28 nov. 2004. Caderno EU&, v.5 n. 221, p.10.
- MENDES, Constantino C.; TEIXEIRA, Joanílio R. **Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: IPEA, 1988. p. 21 e 26 . (Texto para discussão, 1051).
- PEREIRA, Luiz Carlos B. Sempre na luta, exigindo reflexão. **Valor Econômico**, São Paulo, 26-28 nov. 2004. Caderno EU&, v.5, n. 221, p.8.

NOTA

¹A primeira versão deste texto foi publicada em *Cotidiano Econômico*, v.2, n.6, dez.2004, disponível em <<http://www.sindecon-pr.com.br>>.

Economia paranaense: resultados em 2004

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Este texto procura avaliar o desempenho da economia paranaense em 2004, tendo como base as estatísticas disponíveis até o início de dezembro. Portanto, o presente trabalho não cobre o exercício econômico de forma integral, o que será possível somente nos primeiros meses de 2005, quando serão divulgados os dados referentes ao ano completo.

Inicialmente, sabe-se que o Produto Interno Bruto (PIB) nacional apresentou expansão de 5,3% no acumulado dos três primeiros trimestres deste ano, em comparação ao mesmo período de 2003. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o destaque ficou por conta do setor industrial, que contabilizou taxa positiva de 6,3%, seguido da agropecuária e dos serviços, com variações de 5,6% e 3,8%, respectivamente.

Sob a ótica dos componentes da demanda, sobressaiu a Formação Bruta de Capital Fixo, cujo crescimento atingiu 11,8% no período janeiro-setembro de 2004, o melhor resultado em três trimestres desde 1995, acima das taxas registradas pelo Consumo das Famílias (3,9%) e pelo Consumo do Governo (0,6%). Já com relação às Exportações de Bens e Serviços, foi anotado considerável incremento de 18,6%, superando a variação de 14,9% relativa ao componente Importações.

Nesse contexto favorável, não há dúvida quanto ao crescimento da economia paranaense, a despeito da produção declinante de alguns setores, como é o caso da agricultura. Segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), a produção estadual de grãos totalizou 26,0 milhões de toneladas na safra 2003/2004, representando redução de 14,3% em relação à temporada 2002/2003, quando foram colhidas 30,3 milhões de toneladas (tabela 1).

Em termos absolutos, as culturas que registraram os maiores decréscimos foram o milho, a soja, o trigo e o feijão, exatamente nessa ordem. Quanto ao milho, a quantidade produzida caiu de 14,4 milhões para 11,0 milhões de toneladas, como reflexo da retração da área colhida e das intempéries climáticas ocorridas durante o desenvolvimento das lavouras, principalmente na safrinha. Em 2004, a produção de milho na 2ª safra alcançou 3,5 milhões de toneladas, muito abaixo das 6,0 milhões de toneladas colhidas no ano anterior, em consequência da diminuição da área, de 1,4 milhão para 1,1 milhão de hectares, e do declínio da produtividade, de 4,4 mil kg/ha para 3,1 mil kg/ha.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE GRÃOS, NO PARANÁ - SAFRAS 2002/2003 E 2003/2004

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		VAR. (%)
	Safra 2002/2003	Safra 2003/2004	
Algodão ⁽¹⁾	71.643	89.934	25,53
Amendoim	7.916	8.642	9,17
Arroz ⁽²⁾	193.492	182.599	-5,63
Aveia	322.390	292.317	-9,33
Café	117.290	146.756	25,12
Canola	4.704	2.218	-52,85
Centeio	1.065	1.075	0,94
Cevada	184.785	153.581	-16,89
Feijão ⁽³⁾	710.107	662.750	-6,67
Girassol	937	2.053	119,05
Mamona	312	1.140	265,38
Milho ⁽⁴⁾	14.403.114	11.048.538	-23,29
Soja	11.010.099	10.193.805	-7,41
Sorgo	35.378	21.928	-38,02
Trigo	3.121.306	3.065.336	-1,79
Triticale	161.122	145.283	-9,83
TOTAL	30.345.660	26.017.953	-14,26

FONTE: SEAB/DERAL

(1) Em caroço.

(2) Sequeiro e irrigado.

(3) 1.ª, 2.ª e 3.ª safras.

(4) Safra de verão e safrinha.

Da mesma maneira, a produção de soja apresentou queda, passando de 11,0 milhões para 10,2 milhões de toneladas. Não obstante a ampliação da superfície cultivada, a cultura foi prejudicada pelos baixos níveis de precipitação pluviométrica, levando a uma redução da ordem de 15,6% no rendimento médio das lavouras, que caiu de 3,0 mil kg/ha em 2003 para 2,5 mil kg/ha em 2004. No que se refere ao trigo e ao feijão, os decréscimos produtivos foram menos pronunciados, atingindo, respectivamente, -1,8% e -6,7% nesta safra.

*Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

Em contrapartida, a pecuária estadual vem exibindo resultados expressivos, com aumento na produção de carnes bovina e de aves. De acordo com o Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Paraná (Sindicarne-Pr), foram abatidos 1,1 milhão de bovinos nos dez primeiros meses deste ano, o que correspondeu a uma elevação de 34,6% em comparação ao período janeiro-outubro de 2003 (tabela 2). Na mesma direção, os abates de aves avançaram 14,3%, saltando de 674,1 milhões para 770,8 milhões de cabeças, em função principalmente da evolução das exportações.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - JANEIRO-OUTUBRO 2003-2004

SEGMENTO	ABATES (cabeças) ⁽¹⁾		VAR. (%)
	Jan.-Out. 2003	Jan.-Out. 2004	
Aves	674 096 389	770 754 561	14,34
Bovinos	789 237	1 062 101	34,57
Suíños	3 169 616	2 856 169	-9,89

FONTE: SINDICARNE-PR

(1) Somente abates com inspeção federal.

Esses segmentos não foram acompanhados pela suinocultura, que apresentou diminuição de 9,9% no número de animais abatidos, em razão das menores quantidades de carne embarcadas para o exterior. Mesmo assim, as receitas geradas pela exportação de carne suína *in natura* alcançaram US\$ 80,9 milhões até o mês de outubro, valor que representou acréscimo de 7,9% em relação a igual intervalo do ano anterior.

Passando ao desempenho do setor secundário, verifica-se significativa elevação da produção industrial paranaense, com crescimento de 8,9% no acumulado do período janeiro-outubro de 2004, no confronto com os dez primeiros meses de 2003, ficando acima da taxa de 8,3% registrada pela indústria brasileira. Em uma avaliação desagregada, observa-se forte incremento nas atividades voltadas à fabricação de veículos automotores, produtos gráficos, máquinas e equipamentos e madeira, que contabilizaram variações positivas de, respectivamente, 45,4%, 30,9%, 22,8% e 20,6% na produção (tabela 3).

A notável performance da indústria automobilística deriva, entre outros fatores, do lançamento de novas linhas de veículos, caracterizadas pelos preços mais acessíveis, em comparação à maior parte dos modelos até então fabricados no Paraná, e pela alta escala de produção. Evidenciando ainda mais a ampliação da atividade, de janeiro a outubro de 2004, foram produzidos 161,1 mil automóveis de passageiros nas plantas industriais instaladas no Estado, o que representou aumento de 45,8% em relação a idêntico intervalo de 2003, segundo estatísticas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Atingindo o mesmo patamar de crescimento, a produção de veículos comerciais pesados (categoria que inclui caminhões e ônibus) anotou variação de 47,6%,

subindo de 5,1 mil para 7,5 mil unidades, enquanto a fabricação de comerciais leves apresentou elevação da ordem de 35,7%, alcançando 11,7 mil unidades nos dez primeiros meses deste ano. Tais números comprovam que o Paraná vem se beneficiando da recente expansão da indústria automobilística brasileira, que deverá encerrar o exercício de 2004 com a produção de aproximadamente 2,2 milhões de veículos, superando o recorde registrado no ano de 1997.

No que tange à fabricação de produtos gráficos, os relevantes resultados obtidos ao longo deste ano decorrem principalmente do aumento nas encomendas governamentais de livros e impressos didáticos, confirmando a influência das compras do setor público no desempenho da referida atividade econômica. Já no que diz respeito ao segmento de máquinas e equipamentos, pode-se atribuir a expressiva ascensão da produção física a uma série de bens manufaturados, mas com razoável destaque para as máquinas destinadas às indústrias de celulose, papel e papelão.

TABELA 3 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, NO PARANÁ - JANEIRO-OUTUBRO 2004

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	VARIAÇÃO (%) ⁽²⁾
Indústria geral	8,91
Indústria de transformação	8,91
Alimentos	4,92
Bebidas	4,74
Madeira	20,60
Celulose, papel e produtos de papel	3,77
Edição, impressão e reprod. de gravações	30,90
Refino de petróleo e álcool	-14,77
Outros produtos químicos	-11,6
Borracha e plástico	5,41
Minerais não-metálicos	-6,63
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	7,87
Máquinas e equipamentos	22,79
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-6,79
Veículos automotores	45,41
Mobiliário	3,55

FONTE: IBGE

(1) Somente atividades econômicas que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Variação no acumulado do período janeiro-outubro de 2004, em comparação ao mesmo intervalo de 2003.

Entre as atividades industriais que contabilizaram os melhores resultados, cabe citar ainda a fabricação de produtos de madeira, impulsionada pela ampliação das demandas interna e externa. Nesse ramo, vem sobressaindo o *Medium Density Fiberboard* (MDF), produzido há relativamente pouco tempo no Estado e com ampla utilização pelas indústrias moveleira e da construção civil.

Pelo lado negativo, deve-se salientar o segmento de refino de petróleo, que exibiu queda de 14,8% na produção, conforme pesquisa do IBGE. Essa decepcionante performance é explicada pela prolongada

interrupção da produção na Refinaria Getúlio Vargas (Repar), para a realização de serviços de manutenção. Por conta dessa paralisação, foram processados apenas 48,9 milhões de barris de petróleo na unidade paranaense no período janeiro-outubro de 2004, muito abaixo do volume de 58,5 milhões de barris referente aos dez primeiros meses de 2003, de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Como se sabe, a significativa expansão da produção registrada pelo conjunto das atividades industriais está estreitamente relacionada ao crescimento das vendas externas, apesar da apreciação da taxa de câmbio. Para tornar nítido o dinamismo do comércio exterior do Paraná, as exportações totais atingiram US\$ 8,1 bilhões até outubro, suplantando em 33,3% o valor concernente a análogo intervalo do ano anterior (tabela 4).

Mais uma vez, os complexos soja e material de transporte encabeçam a lista dos maiores exportadores, com receitas de, respectivamente, US\$ 2,8 bilhões e US\$ 1,2 bilhão no período em questão. A evolução de 23,2% nas vendas do grupo soja reflete principalmente a trajetória ascendente das exportações de farelo, que saltaram de US\$ 761,1 milhões para US\$ 995,5 milhões, correspondendo a um aumento de 30,8%. Ademais, foram contabilizadas elevadas variações positivas pelo óleo bruto (22,1%) e pela soja em grão (19,8%).

Com participação de 15,3% no total exportado, as vendas do segmento de material de transporte foram puxadas pelos embarques de tratores e motores para automóveis, responsáveis por receitas de US\$ 124,8 milhões e US\$ 434,2 milhões, valores que representam acréscimos de, respectivamente, 69,0% e 19,3% em relação aos dez primeiros meses de 2003. O destaque negativo coube às exportações de automóveis, que apresentaram queda de 14,1%, em virtude da não-renovação de alguns modelos fabricados no Paraná, comprometendo as vendas destinadas a mercados que exigem veículos de última geração, como o norte-americano.

Adicionalmente, pode-se mencionar o relevante desempenho dos complexos madeireiro e carnes, proporcionado pela crescente demanda internacional. No tocante ao primeiro segmento, distingue-se a madeira compensada/contraplacada, cujas vendas ao exterior subiram de US\$ 599,6 milhões para US\$ 975,5 milhões, não deixando dúvida quanto ao potencial de exportação das plantas industriais recentemente instaladas no Estado.

Quanto às carnes, verifica-se forte contribuição da avicultura no bom resultado do grupo, com exportações de US\$ 560,6 milhões no período janeiro-outubro de 2004, ante os US\$ 359,5 milhões atinentes ao mesmo intervalo de 2003, considerando somente o produto *in natura*. No entanto, o maior crescimento

relativo foi registrado pela carne bovina, que respondeu por vendas de US\$ 90,5 milhões, superando em 85,3% o valor do ano passado (US\$ 48,8 milhões).

Com aumento menos pronunciado, as compras externas do Paraná totalizaram US\$ 3,3 bilhões, cifra que correspondeu a uma elevação de 16,2% no confronto com janeiro-outubro de 2003 (tabela 5). Os segmentos mais representativos na pauta de importação foram produtos químicos, material de transporte e máquinas e instrumentos mecânicos, responsáveis por 58,3% do total das aquisições.

Nas compras de produtos químicos, que apresentaram variação de 111,7%, nota-se o predomínio dos adubos e fertilizantes, com importações de US\$ 558,2 milhões, seguidos dos produtos químicos orgânicos, cujas aquisições somaram US\$ 165,6 milhões. A despeito da redução em relação ao ano passado, o grupo material de transporte permanece como um dos principais importadores, contabilizando compras de US\$ 579,2 milhões, concentradas principalmente nas autopeças (US\$ 340,4 milhões) e nos motores para automóveis (US\$ 151,9 milhões).

Um pouco mais abaixo, registrando importações de US\$ 440,2 milhões, surge o grupo máquinas e instrumentos mecânicos, no qual sobressaem os compressores e bombas, os rolamentos e engrenagens e as torneiras e válvulas, com aquisições de US\$ 106,5 milhões, US\$ 62,2 milhões e US\$ 29,1 milhões, respectivamente.

Acompanhando a evolução da produção industrial e do comércio exterior, o comércio varejista paranaense vem apresentando considerável expansão, apontando variação de 11,5% no volume de vendas no acumulado dos dez primeiros meses deste ano, acima da taxa de 9,3% relativa ao Brasil. Para o bom resultado em nível estadual, contribuiu sobremaneira o ramo de móveis e eletrodomésticos, com crescimento de 30,3% em comparação a janeiro-outubro de 2003, à frente dos segmentos de hipermercados e supermercados, tecidos, vestuário e calçados e combustíveis e lubrificantes, com aumentos de, respectivamente, 11,2%, 10,1% e 4,9% (tabela 6).

Por fim, com relação à geração de postos de trabalho, observa-se forte incremento no emprego formal em 2004, com um saldo positivo de 154,0 mil vagas até o mês de novembro, suplantando em 64,6% o resultado referente aos onze primeiros meses de 2003 (93,6 mil vagas). Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o setor industrial foi responsável pela criação de 60,6 mil empregos com carteira assinada no Paraná no intervalo em análise (tabela 7), em sintonia com o crescimento da produção das atividades manufatureiras. A seguir, vêm os setores de serviços, comercial e agropecuário, com a geração de, respectivamente, 38,1 mil, 36,0 mil e 16,1 mil vagas.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-OUTUBRO 2003-2004

GRUPO/SUBGRUPO	JAN-OUT 2003		JAN-OUT 2004		VAR. (%)
	Valor (US\$)	Part. (%)	Valor (US\$)	Part. (%)	
Soja	2.255.487.078	37,10	2.779.514.589	34,30	23,23
Soja mesmo triturada	1.047.215.114	17,23	1.254.846.222	15,48	19,83
Farelo de soja	761.149.124	12,52	995.506.969	12,28	30,79
Óleo de soja em bruto	347.959.101	5,72	424.873.811	5,24	22,10
Óleo de soja refinado	99.163.739	1,63	102.224.844	1,26	3,09
Óleo de soja, exceto refinado ou em bruto	-	-	2.062.743	0,03	-
Material de transporte e componentes	1.159.873.622	19,08	1.237.328.076	15,27	6,68
Automóveis	580.186.091	9,54	498.340.540	6,15	-14,11
Motores para automóveis	364.058.555	5,99	434.156.685	5,36	19,25
Tratores	73.880.181	1,22	124.835.566	1,54	68,97
Autopeças	67.280.012	1,11	86.055.842	1,06	27,91
Veículos de carga	38.842.229	0,64	54.016.578	0,67	39,07
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	20.639.595	0,34	21.789.729	0,27	5,57
Ônibus	10.375.864	0,17	12.564.874	0,16	21,10
Outros materiais de transporte	4.611.095	0,08	5.568.262	0,07	20,76
Madeiras e manufaturas de madeira	599.603.615	9,86	975.508.747	12,04	62,69
Madeira compensada ou contraplacada	265.437.301	4,37	453.340.985	5,59	70,79
Madeira serrada	130.776.379	2,15	158.778.098	1,96	21,41
Obras de marcenaria ou de carpintaria	60.608.190	1,00	135.155.799	1,67	123,00
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	29.155.723	0,48	56.757.941	0,70	94,67
Madeira laminada	14.191.582	0,23	17.967.940	0,22	26,61
Demais madeiras e manufaturas de madeira	99.434.440	1,64	153.507.984	1,89	54,38
Carnes	530.368.445	8,72	802.614.997	9,90	51,33
Carne de frango <i>in natura</i>	359.494.893	5,91	560.589.688	6,92	55,94
Carne de bovino <i>in natura</i>	48.835.935	0,80	90.479.205	1,12	85,27
Carne de suíno <i>in natura</i>	75.025.404	1,23	80.926.216	1,00	7,87
Carne de peru <i>in natura</i>	25.982.945	0,43	43.386.007	0,54	66,98
Carne de frango industrializada	4.010.745	0,07	3.894.915	0,05	-2,89
Carne bovina industrializada	276.666	-	502.707	0,01	81,70
Demais carnes	16.741.857	0,28	22.836.259	0,28	36,40
Cereais	263.294.304	4,33	475.918.552	5,87	80,76
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	212.147.499	3,49	343.257.466	4,24	61,80
Compressores e bombas	58.555.134	0,96	122.876.051	1,52	109,85
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	35.446.531	0,58	74.580.623	0,92	110,40
Refrigeradores e congeladores	28.688.374	0,47	49.026.865	0,60	70,89
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	13.541.506	0,22	18.551.421	0,23	37,00
Rolamentos e engrenagens	8.974.146	0,15	14.613.883	0,18	62,84
Torneiras e válvulas	19.305.181	0,32	7.525.668	0,09	-61,02
Aparelhos de ar condicionado	4.616.138	0,08	6.278.729	0,08	36,02
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	1.192.493	0,02	2.287.288	0,03	91,81
Outras máquinas e instrumentos mecânicos	41.827.996	0,69	47.516.938	0,59	13,60
Papel e celulose	145.031.327	2,39	177.330.437	2,19	22,27
Produtos químicos	141.308.457	2,32	172.124.780	2,12	21,81
Adubos e fertilizantes	45.029.281	0,74	64.395.536	0,79	43,01
Plásticos e suas obras	21.410.011	0,35	28.504.336	0,35	33,14
Produtos químicos orgânicos	31.274.119	0,51	25.570.965	0,32	-18,24
Produtos químicos inorgânicos	6.882.860	0,11	9.401.363	0,12	36,59
Outros produtos químicos	36.712.186	0,60	44.252.580	0,55	20,54
Materiais elétricos e eletrônicos	46.883.058	0,77	166.764.959	2,06	255,70
Aparelhos elétricos para telefonia	14.637.163	0,24	100.766.190	1,24	588,43
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	13.349.148	0,22	30.223.070	0,37	126,40
Aparelhos transmissores e receptores	3.935.113	0,06	14.665.542	0,18	272,68
Geradores e transformadores, elétricos	3.797.107	0,06	7.556.608	0,09	99,01
Aparelhos eletromecânicos ou térmicos, de uso doméstico	5.603.429	0,09	4.567.941	0,06	-18,48
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	1.660.660	0,03	2.413.512	0,03	45,33
Demais materiais elétricos e eletrônicos	3.900.438	0,06	6.572.096	0,08	68,50
Café	123.542.685	2,03	152.491.959	1,88	23,43
Café solúvel	87.477.487	1,44	99.483.273	1,23	13,72
Café cru em grão	36.065.198	0,59	53.008.686	0,65	46,98
Açúcar	150.031.694	2,47	146.389.667	1,81	-2,43
Produtos metalúrgicos	71.984.383	1,18	113.754.856	1,40	58,03
Outros grupos de produtos	380.036.299	6,25	561.006.507	6,92	47,62
TOTAL	6.079.592.466	100,00	8.104.005.592	100,00	33,30

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 5 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-OUTUBRO 2003-2004

GRUPO/SUBGRUPO	JAN-OUT 2003		JAN-OUT 2004		VAR. (%)
	Valor (US\$)	Part. (%)	Valor (US\$)	Part. (%)	
Produtos químicos	544.760.021	19,12	910.261.809	27,49	67,09
Adubos e fertilizantes	263.613.686	9,25	558.185.555	16,86	111,74
Produtos químicos orgânicos	121.999.623	4,28	165.579.230	5,00	35,72
Plásticos e suas obras	85.402.637	3,00	96.686.656	2,92	13,21
Produtos químicos inorgânicos	13.375.006	0,47	17.130.706	0,52	28,08
Produtos farmacêuticos	19.446.302	0,68	14.405.445	0,44	-25,92
Outros produtos químicos	40.922.767	1,44	58.274.217	1,76	42,40
Material de transporte e componentes	597.824.024	20,98	579.160.395	17,49	-3,12
Autopeças	351.404.587	12,33	340.401.239	10,28	-3,13
Motores para automóveis	158.963.661	5,58	151.871.471	4,59	-4,46
Automóveis	32.690.959	1,15	30.904.670	0,93	-5,46
Pneumáticos e câmaras de ar	13.331.916	0,47	14.096.007	0,43	5,73
Outros materiais de transporte	41.432.901	1,45	41.887.008	1,27	1,10
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	382.221.270	13,41	440.241.927	13,30	15,18
Compressores e bombas	90.466.701	3,17	106.502.947	3,22	17,73
Rolamentos e engrenagens	57.775.154	2,03	62.199.804	1,88	7,66
Torneiras e válvulas	20.418.622	0,72	29.078.150	0,88	42,41
Computadores e acessórios	10.952.084	0,38	23.087.534	0,70	110,80
Aparelhos de ar condicionado	18.651.246	0,65	22.394.260	0,68	20,07
Aparelhos para filtrar ou depurar	19.808.154	0,70	21.827.882	0,66	10,20
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	20.372.247	0,71	18.289.668	0,55	-10,22
Refrigeradores e congeladores	10.126.971	0,36	10.871.021	0,33	7,35
Outras máquinas e instrumentos mecânicos	133.650.091	4,69	145.990.661	4,41	9,23
Materiais elétricos e eletrônicos	237.594.488	8,34	311.024.548	9,39	30,91
Aparelhos elétricos para telefonia	34.275.421	1,20	37.335.601	1,13	8,93
Geradores e transformadores, elétricos	25.940.201	0,91	32.046.388	0,97	23,54
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	9.616.211	0,34	12.669.713	0,38	31,75
Aparelhos transmissores e receptores	60.086.601	2,11	64.236.797	1,94	6,91
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	36.415.275	1,28	34.974.806	1,06	-3,96
Aparelhos eletromecânicos ou térmicos, de uso doméstico	5.142.454	0,18	2.893.017	0,09	-43,74
Outros materiais elétricos e eletrônicos	66.118.325	2,32	126.868.226	3,83	91,88
Derivados de petróleo	294.098.851	10,32	294.336.534	8,89	0,08
Óleos brutos de petróleo	257.952.499	9,05	222.382.251	6,72	-13,79
Óleos e combustíveis	10.366.282	0,36	59.568.768	1,80	474,64
Gasolina	-	-	2.763.133	0,08	-
Óleos lubrificantes	323.516	0,01	514.380	0,02	59,00
Outros derivados de petróleo	25.456.554	0,89	9.108.002	0,28	-64,22
Produtos metalúrgicos	72.122.905	2,53	102.966.517	3,11	42,77
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	9.242.766	0,32	8.595.248	0,26	-7,01
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	4.609.037	0,16	5.701.243	0,17	23,70
Produtos laminados planos de ferro ou aço	2.566.326	0,09	4.332.186	0,13	68,81
Catodos de cobre	-	-	1.281.823	0,04	-
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	382.276	0,01	570.483	0,02	49,23
Outros produtos metalúrgicos	55.322.500	1,94	82.485.534	2,49	49,10
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	86.852.078	3,05	84.844.700	2,56	-2,31
Outros grupos de produtos	634.372.413	22,26	588.178.595	17,76	-7,28
TOTAL	2.849.846.050	100,00	3.311.015.025	100,00	16,18

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, NO PARANÁ - JANEIRO-OUTUBRO 2004

SEGMENTO	VARIAÇÃO (%) ⁽¹⁾
Combustíveis e lubrificantes	4,9
Hipermercados, supermercados, prod. alimentícios, bebidas e fumo	11,2
Hipermercados e supermercados	11,2
Tecidos, vestuário e calçados	10,1
Móveis e eletrodomésticos	30,3
COMÉRCIO VAREJISTA	11,5

FONTE: IBGE

(1) Variação no período janeiro-outubro de 2004, em comparação ao mesmo intervalo do ano anterior.

TABELA 7 - GERAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS, NO PARANÁ - JANEIRO-NOVEMBRO 2004

SETOR	NÚMERO DE VAGAS ⁽¹⁾
Indústria	60 641
Construção civil	3 190
Comércio	36 017
Serviços	38 065
Agropecuária	16 051
Outros	1
TOTAL	153 965

FONTE: MTE/CAGED

(1) Diferença entre admissões e demissões.

Salário mínimo e emprego no Brasil em 2004

*Gilmar Mendes Lourenço**

O presente texto procura discorrer, de forma breve, sobre dois eixos explicativos do desempenho do mercado interno e da evolução da política econômica brasileira em 2004: o salário mínimo e o emprego.

Começando pelo salário mínimo, os trabalhadores do País passaram a amargar um piso de R\$ 260,00, a partir de 1º de maio de 2004, cujo poder aquisitivo surgiu deteriorado na origem pela falta de uma política econômica voltada à geração de emprego e renda no País. No fundo, o dia do trabalho tem sido marcado no Brasil pela ausência de um motivo tangível para comemorações por parte da classe trabalhadora, devido à manutenção das condições precárias de funcionamento do mercado de mão-de-obra. Em 2004 não foi diferente, com o agravante de que o novo piso passou a valer a partir de maio, e não de abril, como em 2003.

O argumento central do governo, ou mais precisamente do Ministério da Fazenda, para a promoção de um reajuste de apenas 8,3% (1,7% acima da inflação) ou de R\$ 20,00, respaldou-se na idéia de que qualquer acréscimo (relativo ou absoluto) superior ao definido comprometeria a programação e a busca de saldos positivos nas finanças públicas – os conhecidos superávits primários – e, particularmente, nas contas da previdência social e das prefeituras. Ao redor de 70,0% dos aposentados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), cerca de 14 milhões de pessoas, recebem um salário mínimo, e a esmagadora maioria das prefeituras do País não possui arrecadação compatível com o pagamento do piso de um salário mínimo.

Segundo o governo, para cada R\$ 1,0 adicionado ao mínimo ocorreria elevação de R\$ 140,0 milhões anuais nas contas da União, sobretudo as previdenciárias, dada a correção automática dos valores dos benefícios mensais permanentes (aposentadorias e pensões) pagos pelo INSS, estabelecida desde a constituição de 1988. Lembre-se que a Carta Magna definiu a universalidade da cobertura dos serviços de saúde – especificamente do Sistema Único de Saúde (SUS), que, por seu turno, depende da arrecadação da Seguridade – e das aposentadorias, com valor de um salário mínimo, para as pessoas com idade superior a 67 anos que não têm recursos para a sobrevivência, independentemente de contribuição ou não para a previdência durante seu ciclo de vida produtiva.

A decisão do governo sobre o reajuste do salário mínimo apresentou um curioso efeito quase nulo, não ocasionando qualquer pressão de custos, pelo lado das empresas, nem representando fator de estímulo à

demanda. Não por acaso os empresários apoiaram a decisão, pois a maior parte das empresas paga valores superiores ao mínimo, mesmo para trabalhadores menos qualificados, sem qualquer mecanismo de vinculação dos reajustes. Ainda assim, o Ministério da Fazenda não conseguiu se desprender da preocupação com a ligação entre salário mínimo e inflação, predominante durante a época de superindexação da economia brasileira, nos anos 70 e 80.

Naqueles períodos, a espiral inflacionária, decorrente da corrida desigual entre preços e salários, provocava forte compressão do valor real do mínimo. Contudo, paradoxalmente, a tentativa de recomposição de seu poder de compra, em um ambiente de indexação generalizada, inclusive com o emprego do mínimo, gerava novas rodadas de reajustes de preços e de deterioração da capacidade aquisitiva do salário mínimo.

Nos anos 80, a tentativa de criação do Maior Valor de Referência (MVR) para substituir o mínimo como indexador, inclusive para os benefícios da previdência social, não surtiu qualquer efeito antiinflacionário, dado que a escalada de preços no Brasil apresentava uma dinâmica bastante peculiar, desvinculada dos componentes de mercado. Tratava-se da inflação inercial, resultado do conflito distributivo travado entre os agentes econômicos, da indexação automática e defasada de preços e de contratos e das práticas de margens de lucro fixas por parte das empresas, principalmente das oligopolistas. Nesse cenário, as atualizações salariais estavam sempre na rabeira do processo.

Voltando aos tempos atuais, analistas qualificados apontavam a possibilidade concreta de concessão de um salário mínimo de até R\$ 270,00 sem qualquer impacto orçamentário relevante. Na verdade, um salário mínimo mais encorpado constituía a grande esperança da população de baixa renda do País, ícone da base eleitoral do atual presidente da República, para a derrubada do compromisso com o não crescimento econômico e a não redução das desigualdades sociais, selado em governos anteriores, e encampado pela dobradinha Palocci/Meirelles (Fazenda e Banco Central), na gestão Lula.

**Economista, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Professor da FAE Business School.*

Em um estágio de absurda manutenção das resistências do Banco Central em promover reduções nas taxas de juros, cifras maiores de salário mínimo induziriam à aceleração da reativação produtiva dos segmentos mais articulados à demanda das classes de menor poder aquisitivo e ao mercado interno e menos dependentes de importações, o que não atrapalharia os objetivos de equilíbrio das contas externas do País.

Até aqui, o governo Lula optou por manter o distanciamento dos compromissos econômicos e sociais que o conduziram ao Palácio do Planalto

No caso do mínimo, é fácil perceber que Lula optou por manter o distanciamento dos compromissos econômicos e sociais que o conduziram ao Palácio do Planalto, especialmente o de duplicar o poder aquisitivo do salário mínimo até o final de seu mandato. O custo político dessa linha de preferência só não foi mais elevado devido à desarticulação e/ou à ausência de propostas do núcleo das oposições que, afinal de contas, defendia essa mesma orientação até o final de 2002.

Passando ao desempenho do mercado de trabalho em 2004, as informações disponíveis são aparentemente contraditórias. Enquanto o desemprego ainda atinge mais de 11,0% da população economicamente ativa (PEA) no País, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e quase 19,0% da PEA na Região Metropolitana de São Paulo, de acordo com cálculos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o mercado de trabalho formal brasileiro criou 1,796 milhão de vagas líquidas de janeiro a outubro de 2004, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho (Caged-MT).

A Indústria de Transformação liderou a criação de empregos nos dez primeiros meses de 2004, contabilizando 608.339 postos de trabalho – resultado recorde na série do Caged. O levantamento também revelou que o emprego formal no interior cresceu 10,20% no mesmo intervalo, enquanto nos principais aglomerados urbanos o acréscimo foi de 5,28%.

Essa aparente anomalia de desempenho pode ser atribuída à variação da PEA em ritmo superior à da oferta de vagas e ao abrupto aumento da procura por empregos em uma fase de recuperação da economia. Depois de um período de recessão ou estagnação, como aquele experimentado pelo Brasil entre o segundo semestre de 2002 e o primeiro semestre de 2003, a reativação da produção e dos negócios aconteceu a partir da utilização das margens de ociosidade do capital fixo, acumuladas principalmente pelas empresas industriais.

No corrente ano, a trajetória do mercado de trabalho revelou inquestionável impulsão dos níveis de ocupação da mão-de-obra, sustentada na ampliação da formalidade e da informalidade, ao lado da estabilização dos rendimentos reais. Enquanto o incremento da informalidade atesta a insuficiência de condições estruturais para a produção de postos de qualidade, a elevação da formalização reflete a somatória da reativação

dos níveis de atividade e a melhoria da eficiência da fiscalização, por parte do Ministério do Trabalho, que vem transformando inclusive empregos informais em ocupações formais, sobretudo no interior do País.

De pronto, cumpre considerar parcial e equivocado o cotejo entre a geração de empregos nas capitais e no interior do Brasil, principalmente em um cenário no qual o contingente de desempregados ultrapassa 10 milhões de pessoas e, anualmente, são acrescentados mais de 2,0 milhões de jovens no mercado para disputar as velhas e as novas vagas.

Rigorosamente, a parcela da economia brasileira que vem crescendo desde o segundo semestre de 2002 é composta pela conjugação entre alguns ramos expressivos do agronegócio e das exportações, que, a despeito de possuírem padrões locacionais mais pulverizados pelo território nacional, são intensivos em tecnologia. Os desdobramentos positivos de tais atividades nos níveis de emprego derivam basicamente do efeito renda, representado pelo poder multiplicador das receitas das exportações e do agronegócio sobre a renda e o emprego dos ramos produtivos a eles vinculados. No mais, a dinâmica do interior vem sendo determinada por fatores pontuais e/ou localizados que podem desaparecer de forma tão rápida e surpreendente como surgiram se não forem construídas condições objetivas para a retomada do crescimento econômico do País.

Por uma abordagem estatística, é necessário entender a existência de graves discrepâncias metodológicas no acompanhamento das variáveis econômicas no Brasil, sobretudo aquelas relacionadas ao mercado de trabalho, centradas nas Regiões Metropolitanas, deixando de fora áreas do interior do País, supostamente mais dinâmicas no estágio presente. É o caso da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade.

Ao mesmo tempo, o indicador solitário que abarcaria os dados completos para o Brasil seria aquele oriundo dos números de admissões e desligamentos contidos no Caged. No entanto, essa fonte padece do fato de ser apenas uma compilação de informações fornecidas diretamente pelas empresas do segmento formal, sem maior controle de freqüência de suprimento ou de rigor técnico.

Nesse contexto, desde a segunda metade dos anos 90 verificam-se movimentos sincronizados de desconcentração da expansão de atividades produtivas pesadas e/ou tecnologicamente avançadas dos pólos congestionados do Sudeste brasileiro, em direção às cidades de portes médio e grande do Centro-Sul do País, e de intensificação do deslocamento de plantas do agronegócio do Sul para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste brasileiros.

Tais fluxos podem ser explicados, em maior ou menor proporção, por fatores de expulsão como as deseconomias externas (custos crescentes de escala, localização e urbanização, sintetizados na ampliação da densidade dos usuários da infra-estrutura e na redução da produtividade) e a exaustão da fronteira agrícola, nas regiões de origem, e por elementos de atração nos pontos de destino, como a disponibilidade de infra-estrutura adequada, de mão-de-obra qualificada e insumos, além da oferta de incentivos de natureza fiscal e financeira.

Essas constatações levaram o IBGE a anunciar a intenção de ampliar a abrangência da PME, incorporando espaços geográficos fora das Regiões Metropolitanas, o que provavelmente exigiria a arregimentação de um volume de recursos que extrapola as possibilidades financeiras da instituição e, o que é pior, poderia não equacionar a carência de um diagnóstico mais consistente da realidade econômica fora das regiões metropolitanas.

Tal tarefa poderia ser cumprida, a custos menores, por meio da potencialização de pesquisas realizadas por entidades de classe, com o sistema Confederação Nacional da Indústria (CNI), e pelo melhor aproveitamento de levantamentos feitos pelo governo na área de arrecadação de impostos e das empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica e de telecomunicações. Ao IBGE, nessa área, caberia o trabalho de construir um novo arcabouço para as demais investigações domiciliares, particularmente quanto à maior periodicidade da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada a cada ano, e a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), efetuada a cada cinco anos.

A propósito disso, levantamento empreendido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), citado por Soares (2004, p.B4), cobrindo o período 1992-2002 e combinando as informações da PNAD e da PME, apurou maior velocidade de crescimento dos níveis de emprego nas áreas urbanas do interior do País. Mais precisamente, em uma década, o número de pessoas ocupadas observou incremento de 21,0% na média nacional, 25,0% nas seis áreas metropolitanas e 35,8% nas áreas urbanas não metropolitanas. Curiosamente, o emprego formal exibiu variação superior ao total (22,7% contra 21,0%), puxado pelas áreas urbanas do interior (35,8%), pois nas seis metrópoles observou-se avanço de 8,7% e, no interior, verificou-se recuo de 8,0%.

Enquanto isso houve declínio de 18,1% nos espaços rurais, em razão da continuidade do processo de mecanização da agricultura, da ausência de uma política agrícola adequada e do alargamento do perímetro urbano das cidades. Nesse período, houve geração de 3,9 milhões de empregos nas seis Regiões Metropolitanas (RMs), de 10,2 milhões nas regiões urbanas não metropolitanas e retração de 2,6 milhões de postos nas áreas rurais.

Ainda assim, a grande marca do decênio acompanhado foi o desemprego. A taxa de desemprego subiu de 9,9% da PEA, em 1992, para 13,6%, em 2002, nas seis RMs; de 8,0% para 9,6% nas regiões urbanas não metropolitanas; de 1,9% para 2,7% nas zonas rurais; e de 7,2% para 9,9% no total do País.

No mesmo sentido, exercício estatístico realizado por Barros (2004, p.B2) com as informações da PME, agregadas para as seis RMs pesquisadas, demonstra forte desvio entre a expansão da PEA, da ocupação e do desemprego no intervalo 1994-2002. Enquanto a PEA e o pessoal ocupado cresceram 1,85% a.a. e 1,55% a.a., respectivamente, a desocupação evoluiu 6,53% a.a.

Por tudo isso, a combinação virtuosa entre queda do desemprego e da informalidade e ampliação dos rendimentos reais do trabalho no Brasil exigiria níveis de crescimento econômico capazes de assegurar acréscimo do emprego formal em ritmo superior à evolução da PEA, descontadas as variações de produtividade.

Passada a fase de utilização da capacidade ociosa, a elevação dos níveis de emprego dependeria do aumento do investimento

Passada a etapa de emprego de fatores produtivos ociosos, a impulsão das contratações estaria na dependência do desengavetamento dos projetos em ampliação da capacidade produtiva, o que, por seu turno, requeria a consolidação da confiança dos agentes nos fundamentos macroeconômicos de médio e longo prazos do País e a priorização política de segmentos com elevado grau de absorção do fator trabalho, especialmente o agronegócio e a construção civil.

Por essa ordem de idéias, restrições estruturais (excessiva tributação e burocracia) e conjunturais (juros reais elevados) induzem as empresas a postergar ou abandonar seus planos de produção, de investimentos e de abertura de postos de trabalho, abrindo flancos para a proliferação da informalidade e a compressão dos níveis de rendimentos e de eficiência da mão-de-obra ocupada.

Vale recordar que cerca de 60,0% da população ocupada brasileira encontra-se no mercado informal (aproximadamente 48,0 milhões de pessoas), sem contribuição efetiva para a Seguridade Social, apesar de não exercer qualquer pressão fiscal na forma de aposentadorias e pensões. Na mesma linha, as quase 99,0% das empresas formais no Brasil, de pequeno (ou micro) porte, procuram escapar da burocracia e dos encargos sociais que mais que duplicam o custo nominal da mão-de-obra.

Há uma discussão quase que exaustiva acerca da necessidade de modificações/simplificações na legislação trabalhista, ignorando que o mercado de trabalho brasileiro já é um dos mais flexíveis do mundo e que o reduzido custo da mão-de-obra permanece sendo uma das vantagens competitivas do País. No final das contas, as propostas de mudanças na legislação servem apenas para encobrir a falta de ousadia das autoridades em deflagrar um ciclo de crescimento econômico no País.

Por certo, somente a expansão econômica não resolveria o problema do desemprego no Brasil, especialmente em tempos de implementação acelerada dos preceitos da Terceira Revolução Industrial. Contudo, sem ela, o setor produtivo, e dentro dele o mercado de trabalho, continuarão ao sabor de forças circunstanciais.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Luiz Carlos Mendonça de. Emprego, o maior problema do Brasil hoje. **Folha de S.Paulo**, 02 jul. 2004. Dinheiro, p. B2.
- SOARES, Pedro. Emprego cresceu mais no interior, diz IPEA. **Folha de S.Paulo**, 03 jul. 2004. Dinheiro, p. B4.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 5,3% entre janeiro e setembro de 2004 frente a igual intervalo de 2003, representando o melhor desempenho desde 1995, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao revisar os números para 2003, o IBGE apurou incremento de 0,5% em lugar da queda de 0,2%, calculada preliminarmente, em virtude de a recessão ter sido menos acentuada no subsetor da construção civil, que registrou declínio de 8,6% na primeira estimativa e de 5,2% na atual.

Como se vê, no Brasil, até os fatos consumados carregam a característica da imprevisibilidade. No caso da construção civil, o fôlego estatístico retrata apenas a tentativa de saída do fundo do poço, pois o movimento desse subsetor ainda não encontrou a trilha das grandes obras públicas ou dos programas habitacionais subsidiados, como aqueles implementados nos anos 1970 e bloqueados pela falência do Estado brasileiro.

A propósito, as curiosas, e por vezes radicais, modificações nas tendências e nos sinais observados dos principais agregados econômicos no Brasil, produzidas por ocasião de atualizações de dados e informações que transformam estimativas provisórias em preliminares, e depois em definitivas, traduzem o caráter precário dos sistemas de informações econômicas no País, prejudicando o processo de tomada de decisões estratégicas por parte dos agentes econômicos.

A performance do exercício de 2004 pode ser imputada aos incrementos constatados nos setores industrial (6,3%) e agropecuário (5,6%), tendo os serviços experimentado ampliação de 3,8% como efeito da lenta reação dos rendimentos reais. Pela ótica da demanda agregada, o comportamento foi assimétrico. Ocorreram variações de 18,6% nas exportações, 14,9% nas importações e 11,8% na formação bruta de capital fixo, comprovando os efeitos da sincronização entre as marchas das economias brasileira e internacional, especificamente no tocante à ampliação dos dispêndios em novos equipamentos e em modernização de linhas de produção pelas empresas.

De outro extremo, o consumo das famílias e as despesas do governo exibiram variações de apenas 3,9% e 0,6%, respectivamente, corroborando a manutenção dos compromissos de austeridade fiscal do setor público, restringindo sua capacidade de gasto e de investimento, e a situação de incipiente recuperação do emprego e dos salários.

Por isso, esses resultados favoráveis devem ser interpretados com um misto de entusiasmo e de cautela, o que impede uma avaliação mais definitiva a respeito da ocorrência da travessia da estagnação para um novo e virtuoso ciclo expansivo, contrariando o diagnóstico otimista realizado recentemente pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os trinta países mais ricos do mundo.

*Os resultados econômicos favoráveis
devem ser interpretados com um
misto de animação e prudência*

O motivo para o entusiasmo está na enorme capacidade de expansão da economia e da estrutura industrial brasileira, mesmo em momentos de estrangulamentos provocados por fatores externos e/ou por injunções de política econômica, centradas em austeridade monetária e fiscal dirigida prioritariamente ao combate das pressões inflacionárias. Isso confirma, inclusive, os equívocos contidos na interpretação do Banco Central (BC) de riscos de inflação de demanda no Brasil, quando, de fato, o que prevaleceria seriam os resquícios das desvalorizações cambiais e suas influências diretas nas tarifas públicas e nos preços administrados e as pressões de custos externas, concentradas nas *commodities* agrícolas e metálicas e nos preços do petróleo.

Sem dúvida, as atividades econômicas do País foram afetadas positivamente em 2004, especialmente no primeiro semestre, pela enorme expansão do comércio mundial, puxada pelo crescimento da demanda norte-americana e chinesa, sobretudo nos últimos três anos, ocasionando inclusive forte elevação das cotações das *commodities*. Desde o começo de 2002, o emprego de instrumentos fiscais e monetários expansionistas na principal economia do planeta ensejou as maiores taxas de crescimento dos últimos trinta anos, impulsionando os fluxos de comércio e os níveis de liquidez.

*Economista, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Professor da FAE Business School.

Conforme cálculos da OCDE, a economia mundial deve fechar 2004 com a maior taxa de crescimento dos últimos trinta anos: 5,0%. Como consequência, o Brasil registrou superávits comerciais recordes, o que contribuiu para a redução da vulnerabilidade externa do País – ainda que de forma pouco satisfatória, pois o estoque de reservas internacionais brasileiras permanece em níveis reduzidos –, e até para o desencadeamento de um surpreendente movimento de valorização da taxa de câmbio.

Ademais, a partir do mês de abril a demanda doméstica passou a ser influenciada pela propagação interna da dinâmica exportadora, preponderantemente na rentabilidade e utilização da capacidade ociosa do setor privado, e pela flexibilização monetária (redução dos juros e dos compulsórios incidentes sobre depósitos à vista e a prazo) levada a cabo pelo BC no segundo semestre de 2003. Ao ensejar recuperação dos níveis de emprego e, em menor medida, de salários, tais ingredientes explicam a expansão verificada nas indústrias de bens de consumo duráveis e de capital. Outro fator a justificar o aquecimento dos duráveis (automóveis e eletrodomésticos) é o chamado efeito riqueza, gerado pela utilização, pelas classes média e alta da população, de parcela da renda variável acumulada por meio de ganhos no mercado financeiro, em razão da continuidade dos juros elevados para a sustentação da rolagem da dívida pública.

Justamente nesse ponto deve-se ter cautela na interpretação dos números presentes e na realização de projeções para o futuro de curto prazo da economia brasileira. O crescimento superior a 5,0% projetado para o ano de 2004 fechado ficará ainda bastante aquém do apresentado pelos demais países em desenvolvimento (média de 7,0%, exceto as nações africanas). É preciso reconhecer que a política econômica atual ainda é de anticrescimento: a economia do País vem crescendo apesar dela, e não por causa dela. As festas de final de ano em clima de crescimento estão garantidas, mas o que pode ser esperado para 2005?

É claro que pairam dúvidas acerca do comportamento de um conjunto de variáveis que escapam do controle direto da estratégia do governo brasileiro, principalmente os desequilíbrios macroeconômicos dos Estados Unidos (déficits gêmeos fiscal e comercial), a desvalorização do dólar e alguns preços internacionais chaves, como juros e petróleo e seus impactos sobre a produção e o comércio global.

Todavia, é consenso que a permanência da dobradinha constituída por carga tributária e juros reais elevados, em defesa do cumprimento das metas de inflação e do pagamento da dívida pública, coloca a economia em uma posição pouco comprometida com o crescimento sustentado. Isso é particularmente mais preocupante quando se tem em mente a premência de remoção dos obstáculos infra-estruturais, em um ambiente de complexas negociações no Congresso Nacional vinculadas à discussão, votação e aprovação

das chamadas reformas microeconômicas, das Parcerias Público-Privadas (PPPs), e à instituição de um adequado padrão de regulação dos mercados que propicie o equilíbrio entre risco e retorno.

Recorde-se que durante a edificação da industrialização brasileira as aplicações públicas em transportes, energia e telecomunicações foram sustentadas pelo Estado com haveres orçamentários, financiamentos de entidades multilaterais de crédito e autofinanciamento das empresas estatais.

Ressalte-se que a urgência de superação das barreiras infra-estruturais prende-se não apenas à deterioração e obsolescência, acumuladas ao longo dos últimos vinte e cinco anos em decorrência da crise fiscal do Estado, mas à necessidade de suprimento de novos requerimentos ligados à ampliação da inserção brasileira nos mercados externos. A falência do Estado foi determinada pela exaustão do padrão de financiamento, ancorado no crescente endividamento externo, depois do choque do petróleo e dos juros ocorrido na economia mundial no final dos anos 1970 e começo de 1980.

Nessa perspectiva, convém reconhecer que a concatenação entre as inversões das empresas estatais e/ou das concessionárias de serviços públicos poderia, ao mesmo tempo, criar mercado e garantir o fornecimento de insumos básicos (principalmente energia) e as chamadas economias externas (transportes e telecomunicações) à iniciativa privada.

Nesse cenário, o retorno do comportamento defensivo do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, no segundo semestre de 2004, centrado na subida dos juros primários, compromete as decisões de ampliação da capacidade de oferta e de demanda do sistema econômico, ao inibir o investimento e o consumo privados, sobretudo por conta do permanente risco de inadimplência de famílias e de empresas que tomam capital emprestado a um custo superior aos seus fluxos futuros de receitas e/ou à taxa de retorno de seus projetos, especialmente aqueles da área de insumos básicos, de longa maturação temporal.

Em paralelo, os juros brasileiros, estratosféricos quando confrontados com as médias mundiais, estão sustentando uma apreciável e incômoda valorização do real frente ao dólar, o que pode enfraquecer o desempenho exportador do País em 2005, no caso de os ventos mundiais virem a ser menos animadores. Mesmo porque, as vendas externas brasileiras vêm apresentando trajetória cadente desde setembro de 2004, explicada provavelmente pelo retorno da cotação cambial (frente a uma cesta formada pelas moedas dos países com os quais o País registra maior intercâmbio comercial) aos níveis anteriores a janeiro de 1999. Isso se torna mais preocupante quando se considera que, nos anos recentes, o mercado externo passou a ser alvo privilegiado de parte relevante do parque fabril brasileiro, que realizou esforços de incorporação de novas tecnologias e alterações de processos.

Avaliação do mercado de trabalho na RMC no período de janeiro a setembro de 2004

Sachiko Araki Lira*

O objetivo deste artigo é apresentar os principais indicadores do mercado de trabalho da região metropolitana de Curitiba para o período de janeiro a setembro de 2004¹, resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Os indicadores mostram um quadro favorável do mercado de trabalho, apresentando crescimento da população economicamente ativa (PEA), com redução da população desocupada e crescimento da renda média habitualmente recebida pelas pessoas ocupadas.

A população em idade ativa² foi estimada em 2.279 mil pessoas em janeiro deste ano. Deste total, 52,6% eram mulheres e 47,4% eram homens. Na comparação setembro/janeiro de 2004, o número de pessoas com 10 anos e mais (PIA) cresceu 2,4%, representando 55 mil pessoas a mais em idade de trabalhar. A participação de mulheres e homens no total da PIA em setembro manteve-se igual à de janeiro.

No mesmo período, o crescimento da PEA foi de 3,6%, representando 48 mil pessoas a mais inseridas no mercado de trabalho. Do total da PEA, 55,8% eram homens e 44,2% mulheres, em janeiro. Em setembro, 55,3% eram homens e 44,7% mulheres.

O crescimento da população ocupada nesse mesmo período foi de 33 mil pessoas, enquanto o número de pessoas desocupadas³ cresceu 14 mil. A população não-economicamente ativa (PNEA) cresceu apenas 0,7% (11 mil pessoas). A tabela 1 apresenta as estimativas da PIA, PEA e PNEA.

A distribuição da população ocupada segundo gênero manteve-se igual em janeiro e setembro deste ano, tendo sido 56,3% homens e 43,7% mulheres.

A população desocupada foi estimada, no mês de setembro, em 110 mil pessoas, resultando em uma taxa de desocupação de 7,9%. A maior taxa de desocupação verificada este ano foi de 8,9%, nos meses de março e julho, conforme apresentado no gráfico 1.

Os meses de janeiro e fevereiro apresentaram as menores taxas de desocupação, um comportamento tipicamente sazonal, por serem meses de férias. A retomada das atividades econômicas tem início normalmente em março, havendo, com isso, aumento da taxa de desocupação. A participação das mulheres no total de pessoas desocupadas era de 51,3% em janeiro, passando para 56,9% em setembro. A taxa de desocupação das mulheres e dos homens foi de, respectivamente, 8,3% e 6,2% em janeiro, e em setembro foi de 10,1% e 6,2%. Calculou-se o coeficiente de correlação Phi⁴ a partir dos dados da tabela 2, que indicou a existência de uma fraca tendência de que a incidência de desemprego (desocupação) entre as mulheres seja maior do que entre os homens. O coeficiente

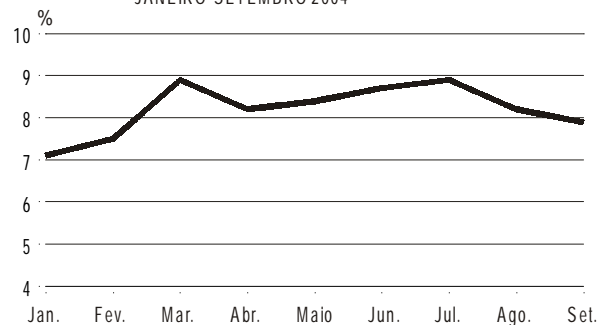
de correlação Phi obtido foi igual a 0,07, com nível de significância $\alpha < 0,01$.

TABELA 1 - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADA, DESOCUPADA E PROCURANDO TRABALHO, E DA POPULAÇÃO NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NA RMC - JANEIRO-SETEMBRO 2004

PERÍODO	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (1 000 pessoas)				
	TOTAL	População Economicamente Ativa			População Não-Economicamente Ativa
		Total	População Ocupada	Pop. Desoc. e Procurando Trab. (30 dias)	
Janeiro	2.279	1.344	1.248	96	935
Fevereiro	2.293	1.343	1.242	101	950
Março	2.292	1.344	1.224	119	948
Abril	2.302	1.337	1.227	110	965
Mai	2.304	1.339	1.226	113	965
Junho	2.305	1.363	1.245	119	942
Julho	2.293	1.355	1.234	121	938
Agosto	2.312	1.381	1.268	113	931
Setembro	2.334	1.392	1.281	110	942

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

GRÁFICO 1 - ESTIMATIVA DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO NA RMC - JANEIRO-SETEMBRO 2004



FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: Período de referência para procura de trabalho: 30 dias.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO GÊNERO, NA RMC - SETEMBRO 2004

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	GÊNERO		TOTAL
	Homem	Mulher	
Ocupados	721.441	560.019	1.281.459
Desocupados	47.477	62.638	110.115

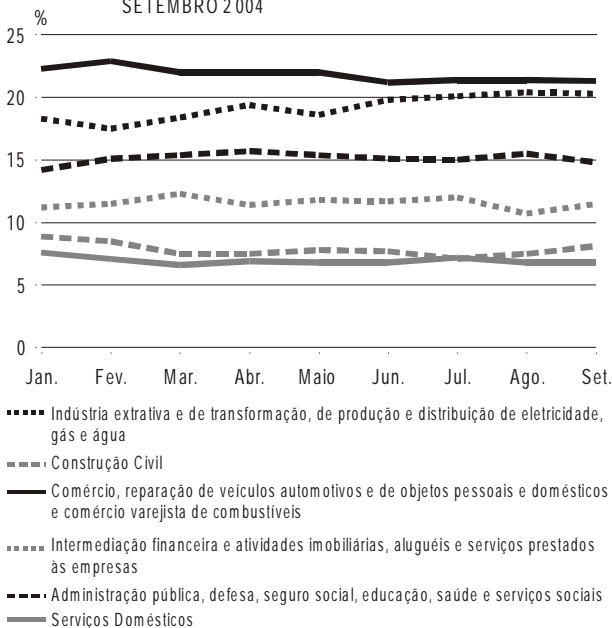
FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: Coeficiente de correlação phi = 0,07.

*Estatística, Mestre em Ciências, curso de Métodos Numéricos em Engenharia pela UFPR, Diretora do Centro Estadual de Estatística do IPARDES.

A análise da população ocupada segundo os grupos de atividades indica que a participação das pessoas ocupadas no grupo indústria extrativa e de transformação, de produção e distribuição de eletricidade, gás e água passou de 18,3% para 20,3%, o que corresponde a um aumento de 2 pontos percentuais, representando 33 mil pessoas ocupadas a mais neste grupo. Outro grupo que apresentou pequeno crescimento na participação das pessoas ocupadas foi administração pública, defesa, seguro social, educação, saúde e serviços sociais, que de 14,2% passou para 14,8%, registrando crescimento de 12 mil pessoas. O grupo intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas apresentou crescimento de 7 mil pessoas, cuja participação mostrou pequena variação, passando de 11,2% em janeiro para 11,5% em setembro. Por outro lado, os grupos que apresentaram redução na participação foram: construção civil, de 8,9% para 8,1%; comércio, reparação de veículos automotivos e de objetos pessoais e domésticos e comércio varejista de combustíveis, de 22,3% para 21,3%; e serviços domésticos, de 7,6% para 6,8%. A distribuição da população ocupada encontra-se no gráfico 2.

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO GRUPOS DE ATIVIDADES NA RMC - JANEIRO-SETEMBRO 2004

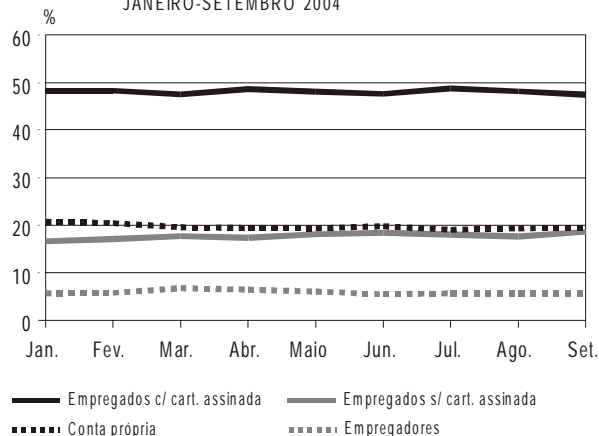


FONTE: PME - IPARDES/IBGE

Analisando a população ocupada por posição na ocupação, houve crescimento de 37 mil pessoas na condição de empregados, sendo maior o crescimento do número de empregados sem carteira assinada do que do número de trabalhadores com carteira assinada, correspondendo respectivamente a 30 mil pessoas e 4 mil pessoas⁵. Houve diminuição de 9 mil trabalhadores por conta própria, enquanto aumentou em 2 mil o número de empregadores. A participação dos empregados com carteira assinada, de 47,4% em setembro, é a maior entre as categorias de ocupação, seguida dos trabalhadores por conta própria, 19,4%, e dos empregados sem carteira assinada, 18,5%. A participação dos empregadores no total de pessoas ocupadas em setembro foi de 5,6%. O gráfico 3 apresenta a distribuição das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação.

O rendimento médio real⁶ habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas foi de R\$ 923,00, equivalente a 3,6 salários mínimos. Comparativamente ao mês de janeiro, houve acréscimo de 12,8% no rendimento médio das pessoas ocupadas, mostrando a recuperação do poder de compra dos trabalhadores. Entretanto, os rendimentos médios se diferenciam de acordo com os grupos de atividades em que as pessoas trabalham.

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NA RMC - JANEIRO-SETEMBRO 2004



FONTE: PME - IPARDES/IBGE

Calculou-se o coeficiente de correlação Eta para verificar a relação entre o rendimento mensal habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas⁷ e o grupo de atividade. O coeficiente de correlação Eta obtido foi $\eta = 0,20$, com nível de significância $\alpha < 0,01$, o que indica a existência de alguma relação entre as variáveis.

É possível observar que as pessoas ocupadas no grupo "serviços domésticos" tinham rendimento médio menor, de R\$ 324,69, enquanto nos grupos "intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas" e "administração pública, defesa, seguro social, educação, saúde e serviços sociais" os rendimentos médios eram maiores, iguais a R\$ 1.161,10 e R\$ 1.212,32, respectivamente. A tabela 3 apresenta os rendimentos médios segundo os diferentes grupos de atividades.

TABELA 3 - RENDIMENTO MÉDIO REAL DAS PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO GRUPOS DE ATIVIDADES, NA RMC - SETEMBRO 2004

GRUPOS DE ATIVIDADE	RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$)
Indústria extrativa e de transformação, de produção e distribuição de eletricidade, gás e água	886,14
Construção civil	676,30
Comércio, reparação de veículos automotivos e de objetos pessoais e domésticos e comércio varejista de combustíveis	842,37
Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	1.161,10
Administração pública, defesa, seguro social, educação, saúde e serviços sociais	1.212,32
Serviços domésticos	324,69

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

DEMAIS REGIÕES METROPOLITANAS

Quando comparada com a média da taxa de desocupação (10,9%), dentre as seis regiões metropolitanas⁸ pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a da RMC foi 3 pontos percentuais menor (7,9%) no mês de setembro. Correspondeu também à menor taxa de desocupação entre as RMs que realizam a PME, seguida da de Porto Alegre e Rio de Janeiro, com 8,7% e 8,8%, respectivamente. As demais RMs apresentaram as seguintes taxas de desocupação: Belo Horizonte, 10,2%, São Paulo 11,7%, Recife 12,4% e Salvador 15,6%.

METODOLOGIA⁹

Coefficiente de Correlação Phi

Este coeficiente de correlação é indicado quando as variáveis são medidas em nível nominal ou por categorias discretas e estão expressas em forma de tabelas de frequências 2x2. O estimador para o cálculo do coeficiente de correlação tem a seguinte expressão:

$$\hat{\phi} = \frac{(ad - bc)}{\sqrt{(a + b)(a + c)(b + d)(c + d)}}$$

onde: 'a', 'b', 'c' e 'd' são as frequências da tabela 2 x 2.

Para testar a significância de $\hat{\phi}$ calcula-se $\chi^2 = n\hat{\phi}^2$ e compara-se com o valor de χ^2 com 1 grau de liberdade.

Coefficiente de Correlação Eta

É utilizado quando se tem uma variável quantitativa Y e outra variável categórica ou nominal X. O estimador do coeficiente eta é a raiz quadrada da expressão a seguir:

$$\eta_{y,x}^2 = \frac{\text{soma de quadrados entre grupos}}{\text{soma de quadrados total}}$$

Para testar a significância do coeficiente de correlação eta usa-se a razão F, dada por:

$$F = \frac{\eta_{y,x}^2 / (k - 1)}{(1 - \eta_{y,x}^2) / (n - k)}$$

onde:

F é a estatística do teste;

k é o número de categorias da variável nominal;

n é o número total de observações.

NOTAS

¹Última pesquisa disponível.

²Pessoas com 10 anos ou mais de idade.

³Pessoa desocupada é aquela que não exerceu nenhuma atividade na semana de referência mas que estava disponível para assumir um trabalho nessa semana e que tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias.

⁴Este coeficiente de correlação é indicado quando as frequências estão distribuídas em uma tabela de contingência 2x2.

⁵Não estão considerados os empregados em outras posições na ocupação, a exemplo dos funcionários estatutários e militares.

⁶Valores em reais de setembro de 2004.

⁷O total de pessoas na amostra que tiveram rendimento no mês de setembro é de 3.777 pessoas.

⁸São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre.

⁹Maiores detalhes sobre os métodos de coeficiente de correlação tratados aqui podem ser encontrados em LIRA, Sachiko A. **Análise de correlação: abordagem teórica e de construção dos coeficientes com aplicações.** Curitiba, 2004. 196p. Dissertação (Mestrado). Setores de Ciências Exatas e de Tecnologia, UFPR.

Evolução recente dos preços no mercado mundial de petróleo e no mercado de Curitiba¹

Fernando Nobuhiro Kajita*, Lucas Lautert Dezordi**, Rosenei Novochadlo da Costa***

INTRODUÇÃO

A liberalização de preços do álcool e da gasolina em 2 de abril de 1996 trouxe uma nova dinâmica à distribuição, à revenda e aos consumidores de combustíveis. A principal justificativa da liberalização dos preços foi o argumento a favor das bases da livre concorrência e da busca constante de maior eficiência, através da melhora da prestação de serviços, aproximando, com isso, o Brasil dos países do Primeiro Mundo. O fim do tabelamento dos preços pelo governo levou o setor a se adaptar a uma nova relação com o Estado, pois as margens de lucro e os salários passaram a ser controlados pelo mercado. Esse processo foi fundamental para a inserção deste segmento na nova política energética nacional², a qual instituiu o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Nesse novo contexto, os preços passaram a ser determinados pela interação de oferta e demanda, ou seja, pelos mecanismos de mercado, e monitorados pelas agências. A ANP, por exemplo, divulga semanalmente estudos sobre o preço dos combustíveis nos estados, municípios e nas capitais com a finalidade de estabelecer uma rede de informação para as empresas, consumidores, opinião pública, e até mesmo para pesquisadores.

As empresas, em particular, devem buscar uma administração eficiente de seus recursos, com o objetivo de minimizar seus custos e, ao mesmo tempo, gerar qualidade no serviço. Conhecer o mercado é, portanto, fundamental.

Neste artigo discute-se o funcionamento do mercado de petróleo mundial e de Curitiba, por meio de uma ampla visão dos principais fatores que influenciaram seu funcionamento no período recente.³ Nesse sentido, este artigo está dividido em duas amplas seções, excluindo esta introdução e uma breve conclusão final.

Na primeira seção, faz-se uma análise do mercado internacional de petróleo, destacando a evolução recente do preço do barril de petróleo e sua perspectiva, bem como das fontes de distúrbios. Um estudo preliminar do mercado de combustível nacional e de Curitiba, em relação às demais capitais, é desenvolvido na seção dois.

MERCADO MUNDIAL DE PETRÓLEO: EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS FUTURAS

Durante praticamente todo o ano de 2003, o preço em dólar corrente do barril de petróleo (West Texas Intermediate crude oil) permaneceu entre US\$ 28 e

US\$ 34, registrando uma média de US\$ 31,10⁴. Este valor é 15,84% superior ao verificado em 2002, ano desde o qual vem apresentando crescimento significativamente mais forte a partir de 2003 (tabela 1 e gráfico 1). A expansão acumulada em 2004 já chega a superar 20% em relação ao ano anterior, descolando de uma média histórica elevada de aproximadamente US\$ 30 (2000-2003).

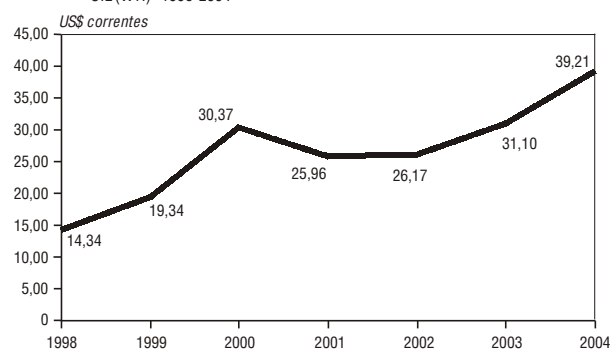
TABELA 1 - PREÇO MÉDIO DO BARRIL DO PETRÓLEO - 1998-2004

ANO	PREÇO MÉDIO DO BARRIL (US\$)	VARIAÇÃO ANUAL (%)	DESVIO PADRÃO
1998	14,34		1,57
1999	19,34	25,84	4,54
2000	30,37	36,32	2,96
2001	25,96	-16,99	3,57
2002	26,17	0,80	3,22
2003	31,10	15,84	2,63
2004 ⁽¹⁾	39,21	20,69	4,19

FONTE: International Energy Price. Disponível no site: www.eia.doe.gov/emeu/international/prices.html Information Administration

(1) Até setembro de 2004.

GRÁFICO 1 - PREÇO MÉDIO DO BARRIL DE PETRÓLEO - WEST TEXAS INTERMEDIATE CRUDE OIL (WTI) - 1998-2004



FONTE: Tabela 1

*Engenheiro de Computação pela PUC/PR, formando em Administração pela FAE Business School e consultor da Brain Consultoria.

**Mestre em Economia pela UFPR, professor da FAE Business School e consultor da Brain.

***Mestrando de Contabilidade e Controladoria pela FURB, professor da FAE Business School e consultor da Brain.

Os anos de 2001 e 2002 apresentaram estabilidade de preços, visto que nenhum evento negativo relevante atingiu o setor. Já em 2003 e 2004, três fatores contribuíram para o incremento dos preços. Primeiro, a instabilidade política do governo Chávez, que diminuiu repentinamente as exportações venezuelanas. Embora os outros membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) tenham concordado em intensificar a produção para cobrir a perda da Venezuela, a preocupação mundial em manter as reservas sustentou o preço elevado. Segundo, os conflitos étnicos e políticos da Nigéria e a instabilidade do pós-guerra no Iraque aumentaram as incertezas na produção, tornando, com isso, o preço do petróleo mais volátil (principalmente em 2004, em razão do elevado desvio padrão).⁵ O terceiro fator de destaque seria a forte intensificação do consumo para atender ao desenvolvimento da Ásia, principalmente da China.

O consumo de petróleo no mundo cresceu em aproximadamente 1,4 milhão de barris por dia em 2003. Os países industrializados foram responsáveis por 55% deste aumento. A demanda dos países em desenvolvimento aumentou em 0,7 milhão de barris por dia, sendo que a economia asiática foi responsável por 81% dessa expansão – aproximadamente 0,57 milhão de barris de petróleo por dia. O consumo de petróleo na América Latina continua com um fraco e modesto crescimento. Na União Soviética, a demanda aumentou em 2000, na primeira vez depois de mais de uma década. Em contrapartida, a União Soviética não registrou incremento de demanda em 2003. Em 2004, a expectativa de crescimento do consumo mundial de petróleo está na ordem de 1,7 milhão de barris diários (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2004).

Entretanto, não se pode justificar o aumento significativo do petróleo apenas pela elevação da demanda. É necessário destacar que nos últimos cinco anos, a partir de 1999 (ver gráfico 1), o cartel da OPEP vem demonstrando sucesso no controle da produção e dos preços, em virtude da grande disciplina dos países membros.

Em economia, a formação do cartel ocorre quando os produtores ou países concordam explicitamente em cooperar, por meio de um acordo que determine as variáveis de produção e preço. Nem todos os produtores de um mercado ou setor necessitam fazer parte do cartel, mas eles devem ser em número suficiente para determinar uma significativa participação no mercado.⁶ Em geral, os cartéis são internacionais e envolvem países que não apresentam legislação anticoncorrencial⁷; com isso, viabilizam que as empresas entrem em conluio. Pindyck e Rubinfeld (1994) destacam dois fatores inter-relacionados que justificam o sucesso do cartel. Primeiro, a necessidade de haver uma organização estável, cujos membros se comprometam a aderir e manter os termos do acordo. Em situações de elevado lucro, a manutenção do cartel (conluio) pode ocorrer mais facilmente. O segundo requisito consiste na elasticidade da demanda. Quando um cartel é formado em um mercado em que a demanda é inelástica⁸, os preços praticados pelas firmas se sustentam, fortalecendo o acordo.

A OPEP foi fundada no início de 1960 e durante seus 10 primeiros anos teve pouca influência sobre os

preços do petróleo mundial. Mas, durante o ano de 1973, o preço do barril passou de US\$ 2,50 para aproximadamente US\$ 12 dólares. Atualmente, com 11 membros e respondendo por possivelmente 60% ou 70% das reservas totais, vem ampliando sua influência sobre os preços, sob a liderança da Arábia Saudita, principalmente após 1998.

Em contrapartida, a resposta inicial dos países produtores de petróleo não-OPEP, devido à elevação dos preços, foi extremamente tímida, apesar de seu elevado potencial de exploração em águas profundas. Os produtores não-OPEP aumentaram sua produção em 1 milhão de barris por dia em 2002 e em 900 mil em 2003. Para 2004 é esperado um incremento de 1,4 milhão de barris por dia, sendo que mais da metade desse aumento virá da Rússia e do Cazaquistão, e o restante espera-se que seja oriundo de países em desenvolvimento da América Latina e do Oeste da África (Bacia do Atlântico).⁹

PERSPECTIVAS NO CURTO E NO LONGO PRAZOS

De acordo com os dados mensais do preço do petróleo (WTI), a tendência no curto prazo é de elevação do custo do barril. Isso provavelmente se deve ao sucesso de países pertencentes à OPEP, à instabilidade do Iraque e à demanda crescente das economias asiáticas. Utilizando a reta linear, estima-se um preço de US\$ 41,29 dólares correntes para dezembro de 2005. Entretanto, considerando a forte tendência de alta observada desde 2003, é possível que o preço do barril de petróleo ultrapasse os US\$ 50,0 dólares correntes em dezembro de 2005¹⁰ – gráfico 2.

É esperado que a demanda mundial chegue a 121 milhões de barris de petróleo por dia em 2025. Isso requer um crescimento da produção na ordem de 44 milhões de barris diários adicionais. Está previsto um crescimento ainda maior da produção nos países da OPEP. Contudo, ressalte-se que a oferta de petróleo dos países não-OPEP é bastante competitiva, com um incremento maior dos recursos *offshore*, especialmente da Bacia do Cáspio, da América Latina e do Oeste da África.

A elevação do preço do petróleo no longo prazo pode gerar a necessidade de as economias buscarem novas fontes de energia para os setores de transporte, tais como gás natural, álcool, carvão, energia nuclear e elétrica, mas estas não são ainda alternativas economicamente viáveis. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, a tendência de crescimento do preço de petróleo pode até diminuir. É importante destacar o crescimento do setor de transportes, ainda ramo-chave para determinar projeções de crescimento na demanda mundial, pois o petróleo é o combustível deste segmento. Estudos indicam que combustíveis automotivos alternativos, como o hidrogênio, não serão competitivos antes de 2025. Com isso, a International Energy Outlook 2004 (IEO2004) projeta um crescimento anual médio entre 1% e 2% ao ano do total de energia mundial para o transporte, entre 2001 e 2025 (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2004).

Para a economia norte-americana, maior consumidora de petróleo do mundo,¹¹ espera-se um

crescimento médio de 1,5% ao ano de 2001 a 2025. O incremento na demanda por combustível, no setor de transporte dos EUA, foi em média de 2% ao ano na década de 1970, mas esse valor diminuiu na década de 1980 em razão do aumento do preço do petróleo. De acordo com a IEO2004, a demanda por energia de transporte nos EUA deve crescer de 8,6 milhões de barris diários em 2001 para 13,3 milhões em 2025 (um aumento percentual de 54,9% no período), e a participação do transporte na utilização total de energia deve aumentar de 28% em 2001 para 30% em 2025. O incremento projetado para a demanda de petróleo destinado a transporte no Canadá é de 681 mil barris diários em 2001 para 876 em 2025, e estima-se uma queda na participação total de energia de 17%, em 2001, para 15% em 2025. No México, o crescimento anual do consumo de petróleo está projetado em aproximadamente 3,7% ao ano, e o consumo de combustível passará de 552 mil barris de petróleo diários, em 2001, para 1 milhão em 2025.

Quanto à Europa Ocidental, a demanda por transporte deve ter um crescimento, de 2001 para 2025, de 5 milhões de barris de petróleo diários para 5,4 milhões, respectivamente (uma variação esperada de apenas 7,7% no período analisado), e a participação do setor de transporte no uso do total de energia irá declinar de 23%, em 2001, para 21% em 2025. No Japão, projeta-se um crescimento na demanda por transporte de 0,6% ao ano, passando de 1,3 milhão de barris diários em 2001 para 1,5 milhão em 2025. O baixo incremento na Europa Ocidental e no Japão é explicado pelo baixo crescimento populacional, pelos programas de combate à poluição ambiental¹² e pelo desenvolvimento elevado de sua infraestrutura viária.

China e Índia são os países de maior crescimento econômico da Ásia e, devido ao elevado número de habitantes, a tendência de elevações da demanda por petróleo é significativa. Na China, estima-se um crescimento do transporte na ordem de 10% ao ano, passando de 1,3 milhão de barris de petróleo diários em 2002 para 4,5 milhões em 2025. O setor rodoviário apresenta perspectiva de elevada ampliação, pois o volume de transporte de 4,3 milhões de automóveis e

10,2 milhões de caminhões e ônibus registrado em 2001 é baixo. É importante registrar que a demanda por veículos na China irá se elevar significativamente, devido à adesão do país à Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 2001, a qual reduziu tarifas de importações destes produtos. Quanto à Índia, está previsto um crescimento de sua demanda por combustível de 1,4 milhão de barris diários em 2001 para 1,7 milhão em 2025.

O incremento da demanda de combustível projetado na África é de 844 mil barris de petróleo diários em 2001 para 1,4 milhão de barris em 2025. A África do Sul, principal país do continente, vem apresentando forte crescimento econômico nos últimos anos; entretanto, a expectativa de vida de menos de 50 anos na maior parte da África prejudica a ampliação do consumo de petróleo.

Para as Américas do Sul e Central calcula-se um incremento médio na demanda por combustível de 2,7% ao ano, passando de 1,8 milhão de barris de petróleo diários em 2001 para 3 milhões em 2025 (tabela 2). Em 2002, Argentina, Brasil e Venezuela tiveram diminuição no crescimento da demanda por petróleo, em razão do fraco desempenho econômico. Em 2003, o preço da gasolina no Brasil subiu 30% em termos de reais, e a demanda declinou 7%.

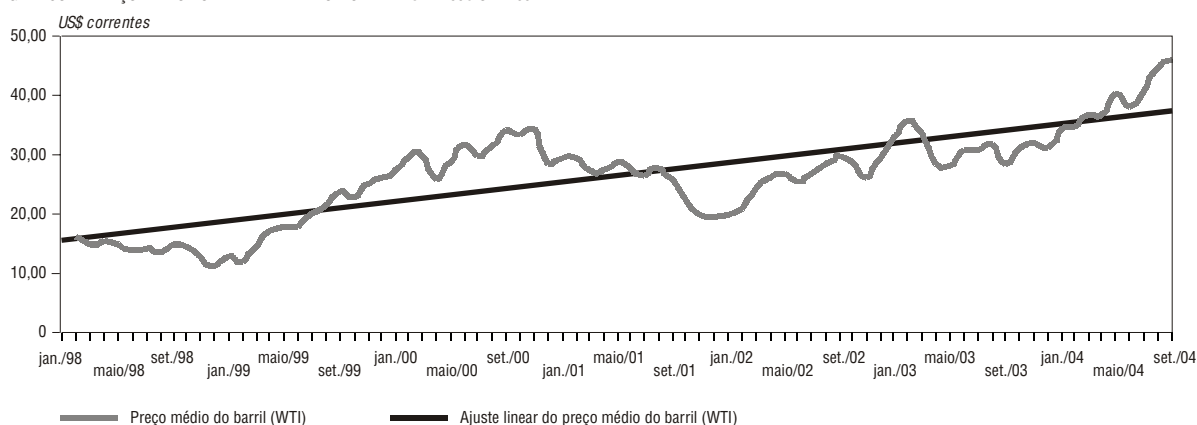
TABELA 2 - CONSUMO MÉDIO DIÁRIO DE BARRIS DE PETRÓLEO NO SETOR DE TRANSPORTES - 2001/2025

PAÍS/CONTINENTE	CONSUMO MÉDIO (milhares barris/dia)		TAXA TOTAL DE CRESC. (%)
	2001	2025 ⁽¹⁾	
EUA	8.631	13.368	54,9
Canadá	681	876	28,6
México	552	1.038	88,2
Europa Ocidental	5.029	5.419	7,7
Japão	1.363	1.557	14,3
China	1.330	4.543	241,5
Índia	1.428	1.720	20,5
África	844	1.493	76,9
América do Sul e Central	1.849	3.082	66,7

FONTE: International Energy Price. Disponível no site: www.eia.doe.gov (IEO2004)

(1) Estimativa da IEO2004.

GRÁFICO 2 - PREÇO MÉDIO DO BARRIL DE PETRÓLEO - WTI - JAN 1998-SET 2004



FONTE: Os autores

NOTAS: 1. Média aritmética mensal das cotações diárias do barril de petróleo (WTI), cujos dados brutos foram extraídos de International Energy Price, disponível no site: www.eia.doe.gov.
2. Ajuste linear: $y = 0,2752x + 14,873$, com $R^2 = 0,663$.

MERCADO DE COMBUSTÍVEL DE CURITIBA

O mercado nacional de combustível vem sendo prejudicado pela combinação de dois fatores: elevação do preço internacional do petróleo e recessão econômica nos anos de 2001 a 2003. No segundo semestre de 2002 e início de 2003, a elevação do preço internacional do petróleo foi ampliada pela depreciação da taxa de câmbio, deteriorando, assim, as relações comerciais internas do produto e seus derivados, principalmente a gasolina.

O preço internacional do petróleo subiu 15,84% em 2003 em relação ao ano anterior (ver tabela 1). No Brasil registrou-se uma elevação média de 20,95% nos preços dos derivados e, neste período, em Curitiba, 20,37%, de acordo com dados da ANP. Entretanto, essa tendência não vem sendo observada em 2004. De janeiro a setembro do corrente ano o preço da gasolina comum no Brasil caiu 1,36%, e em Curitiba houve retração de 0,43% em relação ao ano de 2003. No mesmo período, o preço do petróleo subiu 20,69%. É de se esperar um reajuste dos preços internos da gasolina devido a essa elevação internacional nos preços do petróleo e, principalmente, à sua tendência de alta.

O gráfico 3 apresenta uma análise comparativa das margens médias mensais operacionais de compra e venda de gasolina C, em reais, no Brasil, no Paraná e em Curitiba, entre janeiro de 2002 a setembro de 2004. No ano de 2002, a média anual nacional ficou em R\$ 0,283 centavos o litro; no Paraná, em R\$ 0,211; e em Curitiba, ficou em R\$ 0,171. Esse quadro é melhorado, em valores correntes, no ano de 2003, principalmente a partir do segundo semestre, ficando a média anual no Brasil em R\$ 0,301 o litro de gasolina; no Paraná, em R\$ 0,210; e em Curitiba, em R\$ 0,178 o litro de gasolina. Em 2004, com a continuação da retomada do crescimento econômico, as margens passaram também a melhorar, registrando-se no Brasil uma média anual de R\$ 0,313 o litro; no Paraná, R\$ 0,234; e em Curitiba, R\$ 0,205. É importante destacar que em todos os períodos a média anual de margem operacional em Curitiba foi menor em relação ao Brasil, e sua média mensal só foi superior à do Estado do Paraná em fevereiro de 2003, e em janeiro, fevereiro e agosto de 2004. Deve-se à concorrência em

Curitiba o fato de os preços não se sustentarem em relação às margens nacional e estadual.

Em 2003, a média total das margens operacionais do litro de gasolina entre as capitais brasileiras, segundo dados da ANP, ficou em R\$ 0,273. A maior margem foi registrada em Rio Branco, capital do Acre, com R\$ 0,421, seguido de Cuiabá e Maceió, com exatamente R\$ 0,395. A menor margem operacional de compra e venda de combustível foi verificada em Belo Horizonte, com R\$ 0,152, seguido por Curitiba, com R\$ 0,178. Ressalte-se que no mês de janeiro de 2003 a capital paranaense teve a pior margem do País entre as capitais, com um valor de R\$ 0,186 o litro.

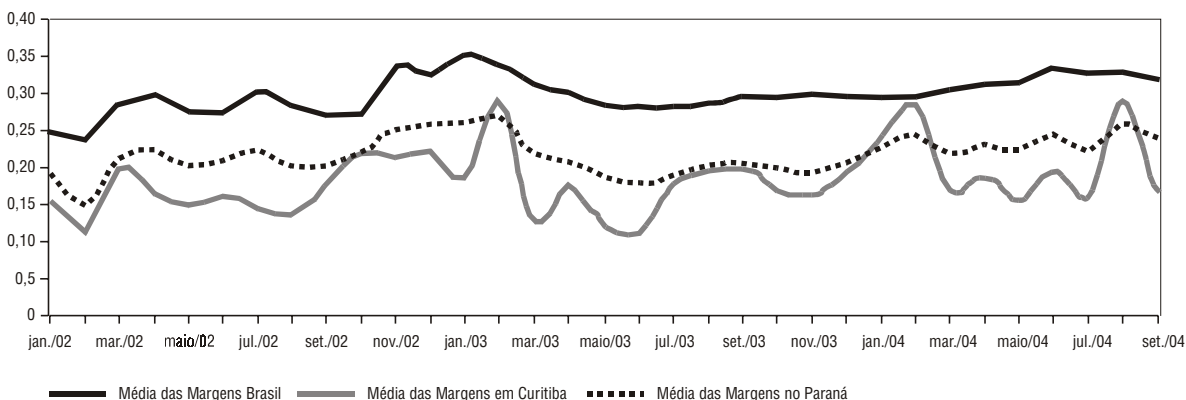
Com a recuperação econômica registrada no final do ano de 2003 e já no primeiro semestre de 2004, as margens totais de lucro bruto da revenda nas capitais brasileiras aumentaram. De acordo com a ANP, a margem média das capitais de janeiro a agosto de 2004 foi de R\$ 0,289 o litro. O maior valor foi registrado novamente em Rio Branco, com R\$ 0,433 o litro de gasolina C, seguido por Cuiabá (R\$ 0,457), Porto Velho (R\$ 0,419) e Florianópolis (R\$ 0,405). A menor média entre as capitais foi registrada novamente em Belo Horizonte, com o valor de R\$ 0,157, seguido respectivamente por Rio de Janeiro (R\$ 0,176), Goiânia (R\$ 0,201) e Curitiba (R\$ 0,208).

CONCLUSÃO

Há uma tendência de elevação do preço internacional do petróleo, com forte expansão na demanda por transporte. EUA, China, Índia, Tigres Asiáticos, Japão e Europa Ocidental são os principais demandantes e apresentam uma perspectiva de crescimento, pelo menos nos próximos 20 anos. A América Latina e a África, em razão da instabilidade econômica e problemas sociais, podem ter prejudicada a demanda por petróleo, visto que esta não acompanha a tendência de crescimento do mercado mundial.

Para dezembro de 2005, estima-se o preço médio do barril do petróleo WTI em US\$ 41,29 dólares correntes, portanto acima da média de 2003. Entretanto, devido principalmente às incertezas quanto à guerra no Iraque, pode-se agravar o mercado. No longo prazo, é

GRÁFICO 3 - COMPARAÇÃO DOS VALORES DE MARGEM DE COMPRA E VENDA DE GASOLINA C - BRASIL, PARANÁ E CURITIBA - JAN 2002 - SET 2004



FONTE: ANP

possível que no setor de transportes os carros a gasolina percam espaço para automóveis com motores movidos a energia, GLP ou álcool.

O mercado nacional de combustíveis vem sendo afetado pela volatilidade do petróleo e pelas crises econômicas. Em Curitiba, devido à forte concorrência, os preços e, conseqüentemente, as margens são menores que os nacionais e os do Estado do Paraná. Dentre as capitais, Belo Horizonte apresenta a menor margem e,

Rio Branco, a maior. Curitiba destaca-se por margens baixas, quando comparada às outras capitais brasileiras.

O repasse de preço no ambiente interno, em razão da alta do petróleo, é inevitável. Com isso, é importante observar se esse repasse ocorrerá progressivamente ou por meio de um choque. Mais uma vez o mercado (a revenda) de combustível sofrerá com a variação nos preços, e novamente haverá disputa de margem de lucro bruto entre os postos e as distribuidoras.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2004.

DEZORDI, L.; MUNIZ, F.; SILVA, C. Regulação e poder de mercado: uma análise do mercado de distribuição de combustível de Curitiba. In: VALLADARES, Angelise (Org.). **Tecnologias de gestão em sistemas produtivos**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 41-69.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International energy outlook 2004**. Disponível em: <<http://www.eia.doe.gov/oiaf/ieo/index.html>>. Acesso em: 2004.

NICHOLSON, W. **Intermediate microeconomics and its application**. 6.ed. Forth Worth, Tex.: Dryden Press, 1997.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1994.

WORLD MARKETS RESEARCH CENTRE. **Automotive sector analysis: Japan**. Disponível em: <<http://www.wmrc.com>>. Acesso em: set. 2003.

NOTAS

¹Os autores agradecem à Brain Consultoria e ao Sindicombustível/PR, especialmente ao funcionário Fábio Renato Pellanda.

²Ver, em especial, Lei n.º 9478, de 06 de agosto de 1997, com destaque especial para o art. 1.º, parágrafo IX.

³Para uma análise detalhada dos aspectos jurídicos e da estrutura econômica do mercado de Curitiba, consultar Dezordi, Muniz e Silva (2003).

⁴Média aritmética das cotações diárias.

⁵Ver a tabela 1. Um elevado desvio padrão prejudica a formação de preços futuros do barril e, conseqüentemente, dificulta uma boa previsão das expectativas futuras da inflação nos países.

⁶Os países membros da OPEP respondem aproximadamente por 40% da produção mundial de petróleo e obtêm mais de três quartos das reservas totais do petróleo cru.

⁷No Brasil, o cartel é proibido e severamente punido, nos termos do art. 2.º, inc. VIII, e art. 3.º, inc. III, da Lei n.º 1.521 de 26 de dezembro de 1951 (Lei de Economia Popular), com penas que variam da detenção de 6 meses a 10 anos, bem como aplicação de multa penal.

⁸Em economia, existem vários fatores que influenciam a elasticidade (sensibilidade) da demanda. Os principais são os números de substitutos e o grau de essencialidade do produto em questão. Em termos gerais, o petróleo apresenta uma demanda inelástica, por ser um produto importante e com poucos substitutos.

⁹Em 2003, a Arábia Saudita foi o maior produtor de petróleo do mundo, com um valor diário de 9,95 milhões de barris, seguida pelos EUA, com 8,84 milhões, e Rússia, com 8,44 milhões.

¹⁰Com os dados mensais do preço do petróleo entre janeiro de 2003 e setembro de 2004, pode-se obter uma reta de regressão com os seguintes dados: $y = 0,6316x + 27,669$ ($R^2 = 0,58$), a qual projeta um preço de US\$ 50,40 dólares correntes para o barril para dezembro de 2005.

¹¹De acordo com a IEO2004 os EUA consumiram 20 milhões de barris de petróleo diários em 2003, seguidos pela China (5,6 milhões) e Japão (5,4 milhões), no mesmo período. O Brasil apareceu em nono lugar, com um consumo diário de 2,1 milhões de barris.

¹²No Japão há mais de 300 mil veículos com gás liquefeito do petróleo (GLP). O país foi o primeiro mercado a desenvolver a produção em massa de veículos híbridos movidos a gasolina e energia elétrica para proteger o meio ambiente, e já são registrados mais de 2.500 veículos elétricos.

O caráter mutante do trabalho

Silmara Cimbalista*

Este texto aborda, de forma breve, o caráter de algumas mutações ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo em organizações industriais e transnacionais. Procurou-se refletir sobre as implicações sócio-organizacionais dessas metamorfoses, tendo em vista que, por trás dessas mudanças, existem vidas dotadas de sentido – os trabalhadores. Assim, pensa-se que se a vida tem sentido fora do trabalho, deve ter sentido também no trabalho.

Inicialmente, vale ressaltar que essas transformações marcaram as sociedades a partir da crise e reestruturação do capitalismo nas últimas três décadas, assim como sua repercussão sobre as relações de trabalho, reordenando-as sob a égide da regulação do mercado, e levando-se em conta, ainda, o papel central atribuído ao trabalho nas sociedades.

Quanto ao entendimento do conceito de trabalho, este texto se apropria da teorização de Antunes (2004), que analisa as mudanças ocorridas no mundo da produção e do trabalho nas últimas décadas e a constituição de uma nova morfologia do trabalho, seu caráter multifacetado, polissêmico e polimorfo. Trata-se de uma visão moderna, compatível com a atual realidade brasileira.

Para esse autor, o trabalho tem como núcleo central os trabalhadores produtivos, no mesmo sentido dado em Marx à categoria classe trabalhadora, força de trabalho, ou ao que Antunes (2001, p.101-115) designa como classe-que-vive-do trabalho, ou seja, homens e mulheres que vendem sua força de trabalho em troca de salário. O autor argumenta que, em muitos sentidos, procura-se afirmar a perda da validade analítica da noção de classe mas que, no seu entender, essa noção pretende enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora em sua forma de ser.

Em outras palavras, o sentido que ele deseja evidenciar com essa denominação pode ser expresso como segue: “[...] ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora, hoje, apreender sua efetividade, sua processualidade e concretude” (ANTUNES, 2001, p.101).

Assim, a *classe-que-vive-do-trabalho* é formada pelos trabalhadores que vendem sua força de trabalho,

tendo como núcleo os chamados trabalhadores *produtivos*. Desse modo, não se faz distinção ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho coletivo assalariado. O trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia, participando diretamente do processo de valorização do capital, tendo a classe trabalhadora, nesse contexto, um papel central, estando no *proletariado industrial* seu núcleo central. Essa configuração inclui também os trabalhadores considerados *improdutivos*, como aqueles que estão “inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos, etc. – até aqueles que realizam atividades nas fábricas mas não criam diretamente valor. Constituem-se em geral num segmento assalariado em expansão no capitalismo contemporâneo – os trabalhadores em serviço” (ANTUNES, 2001, p.102).

Baseando-se nessa categorização de trabalhador produtivo, o autor afirma:

[...] *todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo*, [tendo em vista que] uma noção contemporânea de *classe trabalhadora*, vista de modo ampliado, deve, em nosso entendimento, incorporar a *totalidade dos trabalhadores assalariados*. Isso não elide, repetimos, o *papel de centralidade do trabalhador produtivo, do trabalho social coletivo*, criador de valores de troca, do *proletariado industrial moderno* no conjunto da *classe-que-vive-do-trabalho*, o que nos parece por demais evidente quando a referência é dada pela formulação de Marx. Mas como há uma crescente *imbricação* entre trabalho *produtivo e improdutivo* no capitalismo contemporâneo e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, essa *noção ampliada* nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje (ANTUNES, 2001, p.202-203). (grifo nosso)

Considerando uma noção ampliada de classe trabalhadora, o autor inclui todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salários,

*Doutoranda em Ciências Humanas (UFSC), técnica da equipe permanente desta publicação.

abrangendo, além do proletariado industrial (aqueles que criam diretamente mais-valia e participam do processo de valorização do capital), os assalariados do setor de serviços, o proletariado rural, enfim, todos que vendem sua força de trabalho para o capital.

Nessa direção, a noção de classe trabalhadora ou classe-que-vive-do-trabalho deve englobar tanto o proletariado industrial quanto o conjunto de assalariados que vende sua força de trabalho, inclusive os trabalhadores que se encontram desempregados, dada a vigência da lógica destrutiva do capital. Concorde-se com o autor que, para compreender a “classe-que-vive-do-trabalho” na contemporaneidade e, de modo ampliado, como sinônimo de classe trabalhadora, é preciso reconhecer que o mundo do trabalho tem sofrido transformações importantes.

Entende-se que as mutações no trabalho se deram a partir da mundialização do capital, ou seja, foi a partir de um “quadro político e institucional no qual um modo específico de funcionamento do capitalismo foi se constituindo desde o início de 1980, em decorrência das políticas de liberalização e de desregulamentação das forças do trabalho e das finanças, adotadas pelos governos dos países industriais encabeçados pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha” (CHESNAIS, 1996, p.77) que se desenvolveu um complexo processo de reestruturação produtiva, ocasionando impactos estruturais no mundo do trabalho.

Nesse contexto, particularmente nas últimas décadas, pôde-se observar, como resposta do capital às contínuas crises de décadas anteriores, a intensificação das transformações no processo de reestruturação produtiva por meio do rápido avanço tecnológico e da implementação mais evidente de substituição do taylorismo/fordismo pelo modelo japonês, também denominado toyotismo.

Essas mudanças decorreram, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, da necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, afetando fortemente a classe trabalhadora e a ação sindical.

Sabe-se, porém, que, fundamentalmente, essa forma de produção flexibilizada busca a adesão de fundo, por parte dos trabalhadores. Ou seja, estes devem abraçar, “de corpo e alma”, o projeto ditado pelo capital. Esse envolvimento, que não deixa de ser manipulatório, busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores nas organizações, procurando viabilizar o projeto concebido e estruturado segundo os fundamentos do capital.

Como conseqüência dessas metamorfoses no processo de produção, observa-se uma sensível diminuição do trabalho manual fabril e concentrado, típico do modelo fordista, o que fomenta: a) um aumento sensível de subcontratações; b) a terceirização, não só em países emergentes, como o Brasil, mas em todos os países do Terceiro Mundo, bem como nos países centrais; c) o aumento da força de trabalho feminina em

escala mundial, suprindo principalmente o espaço do trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado e *part-time*; d) a expansão do setor de serviços; e) a utilização brutal e exploração da mão-de-obra imigrante e infantil; f) o aumento significativo do desemprego estrutural, agregado à precarização da força de trabalho.¹

Para os trabalhadores – ou, como chama Antunes (2001), a classe-que-vive-do-trabalho –, se por um lado as mutações ocorridas no processo produtivo acarretaram fragmentação, complexificação, qualificação e intelectualização em alguns setores, por outro desqualificou e precarizou ramos como a indústria automobilística, em que o ferramenteiro não tem mais a mesma importância. Nesse sentido, ao mesmo tempo que criou, em escala minoritária, o trabalhador polivalente e multifuncional, que deve ser capaz de operar máquinas de controle numérico, gerou também uma massa precarizada, desqualificada, que se expressa no desemprego estrutural.

O caráter mutante do trabalho gerou uma classe trabalhadora mais heterogênea, fragmentada e complexificada, composta de qualificados e desqualificados, de um mercado de trabalho formal e informal, de jovens e velhos, de homens e mulheres, estáveis e precários como também de imigrantes.

Diferentemente dos teóricos que defenderam o fim do papel central da classe trabalhadora no mundo atual, o maior desafio para os sindicatos e a “classe-que-vive-do-trabalho” é o da articulação e união dos diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, assumindo que há um conjunto abrangente de mutações que têm afetado a classe trabalhadora, e que é absolutamente prioritário o seu entendimento, se se quiser resgatar um projeto de classe capaz de enfrentar esses enormes desafios.

É importante assumir, também, que essas mudanças não ocorrem de forma isolada e num só segmento social. O mundo do trabalho vem redesenhando a sociedade, em que o trabalho, retomando o seu sentido, produza também uma vida cheia de sentido, orquestrando, de forma coletiva, e não individual, aqueles que vivem do trabalho, emancipando-os e redefinindo o sentido primordial de suas vidas.

Assim, as mutações no mundo do trabalho demonstram que o argumento da descentralidade da categoria trabalho no mundo contemporâneo não tem fundamento; ao contrário, o novo cenário, propalado por meio das reestruturações produtivas, inclui cada vez mais intensamente políticas de envolvimento participativo dos trabalhadores nas organizações, sugerindo, ao menos no discurso, uma participação ativa e plena entre patrões e empregados.

Contudo, sabe-se que o envolvimento por meio de caixa de sugestões, círculos de controle de qualidade em células de produção, comprometimento de corpo, alma e saber do trabalhador não são formas de humanização do trabalho, compondo apenas uma falsa

idéia de que o indivíduo é partícipe do processo. Essas medidas não tornam o trabalho menos fragmentado ou alienado, ou seja, a participação do trabalhador ainda é parcial. O fato de existir algum envolvimento não significa que exista liberdade; “participação democrática não se

limita a votar a cada três anos para seus representantes, mas, principalmente, partilhar do poder, das decisões e do controle do empreendimento” (VERARDO, 2004, p. 11). Enfim, a perspectiva de humanização no trabalho ainda está muito além da realidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

VERARDO, L. Transformações no mundo do trabalho e economia solidária. **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, Brasília: IPEA, n. 24, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 08 dez. 2004.

NOTA

¹Baseado em ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, 25, n.87, p.335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 07 dez. 2004.

O desempenho das exportações paranaenses no período de janeiro a outubro de 2004

Shelbert Braz*

As exportações paranaenses totalizaram US\$ 8,10 bilhões no período janeiro-outubro de 2004, valor que correspondeu a uma elevação de 33,30% em relação ao mesmo período de 2003, quando as vendas externas atingiram US\$ 6,08 bilhões. Os grupos mais representativos na pauta de exportação foram soja, material de transporte, madeiras e carnes, que juntos responderam por 71,51% das vendas ao exterior.

O complexo soja, com participação de 34,30% no total das receitas, apresentou crescimento de 23,23% no período, com as exportações atingindo US\$ 2,78 bilhões. As vendas de soja em grão atingiram US\$ 1,25 bilhão, indicando aumento de 19,83%, enquanto o farelo, responsável por receitas de US\$ 995,51 milhões, registrou elevação de 30,79%, no confronto com os dez primeiros meses de 2003.

Já as exportações do grupo material de transporte, com participação de 15,27%, alcançaram US\$ 1,24 bilhão no acumulado de janeiro-outubro de 2004, o que representou expansão de 6,68% em relação ao mesmo período de 2003. As vendas de automóveis somaram US\$ 498,34 milhões, enquanto as de motores para automóveis contabilizaram US\$ 434,16 milhões, apresentando elevação de 19,25% nas receitas. O segmento de autopeças, por sua vez, atingiu US\$ 86,06 milhões, registrando variação positiva de 27,91%.

O complexo madeireiro, responsável por 12,04% do total exportado, apresentou faturamento de US\$ 975,51 milhões. Com isso, houve incremento de 62,69% no período, em razão, principalmente, do desempenho das vendas de madeira compensada e contraplacada, que atingiram US\$ 453,34 milhões nos dez primeiros meses de 2004, com crescimento de 70,79%. O segmento engloba o *Medium Density Fiberboard* (MDF), produto com demanda crescente tanto no mercado interno como no externo. Os principais mercados da madeira produzida no Paraná são os Estados Unidos, a Inglaterra e a Bélgica.

No tocante ao complexo carnes, com exceção da carne de frango industrializada todos os demais itens registraram bom desempenho. O grupo apresentou evolução de 51,33%, saltando de US\$ 530,37 milhões para US\$ 802,61 milhões, com notável expansão nas vendas de carne de frango *in natura* (55,94%), bovina *in natura* (85,27%), bovina industrializada (81,70%) e de peru *in natura* (66,98%). Quanto ao segmento avícola, mais especificamente às carnes de frango e de peru,

pode-se afirmar que a expansão é decorrente, ainda, do bom aproveitamento das oportunidades abertas pelos problemas sanitários em alguns países.

As exportações de cereais no intervalo de 2004 suplantaram em 80,76% as do período anterior, saltando de US\$ 263,29 milhões para US\$ 475,92 milhões. O notável crescimento é devido ao bom desempenho das exportações de milho, demonstrando que a comercialização do produto já não depende exclusivamente do mercado doméstico.

No que se refere ao grupo máquinas e instrumentos mecânicos, houve crescimento de 61,80%, o que correspondeu a US\$ 343,26 milhões. O incremento foi sustentado pelas vendas de bombas injetoras e injetores para motores diesel, que cresceram 109,85%, e pelas exportações de refrigeradores e congeladores, que somaram US\$ 49,03 milhões, com elevação de 70,89%.

Em paralelo, as exportações do complexo papelero cresceram 22,27%, contribuindo na pauta exportadora com US\$ 177,33 milhões, valor que abrange, quase na totalidade, as vendas de papel, dada a pequena participação das exportações de celulose.

Quanto às vendas de produtos químicos, as exportações atingiram US\$ 172,12 milhões, exibindo crescimento de 21,81% no período. Os segmentos que mais se destacaram foram adubos e fertilizantes, que cresceram 43,01%, e plásticos e suas obras, que aumentaram 33,13%. Em contrapartida, as vendas de produtos químicos apresentaram queda de 18,24 pontos percentuais.

As exportações do grupo material elétrico foram as que mostraram a maior taxa de variação, suplantando as vendas anteriores em 255%, saltando de US\$ 46,88 milhões para US\$ 166,76 milhões no período. O crescimento denota uma significativa evolução nas exportações de produtos com maior conteúdo tecnológico, dentre os quais estão os aparelhos elétricos de telefonia, cujas exportações cresceram 588%, elevando-se de US\$ 14,64 milhões para US\$ 100,67 milhões.

*Acadêmico de Economia, estagiário do IPARDES.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS/SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-OUTUBRO 2004

GRUPO/SUBGRUPO	JAN-OUT 2003		JAN-OUT 2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Participação %	Valor (US\$ FOB)	Participação %	
Soja	2.255.487.078	37,10	2.779.514.589	34,30	23,23
Soja mesmo triturada	1.047.215.114	17,23	1.254.846.222	15,48	19,83
Farelo	761.149.124	12,52	995.506.969	12,28	30,79
Óleo em bruto	347.959.101	5,72	424.873.811	5,24	22,10
Óleo refinado	99.163.739	1,63	102.224.844	1,26	3,09
Outros	1.109.108.225	18,24	1.422.443.523	17,55	28,25
Material de transporte	1.159.873.622	19,08	1.237.328.076	15,27	6,68
Automóveis	580.186.091	9,54	498.340.540	6,15	-14,11
Motores para automóveis	364.058.555	5,99	434.156.685	4,49	19,25
Autopeças	67.280.012	1,42	86.055.842	1,06	27,91
Outros	148.348.964	2,44	218.775.009	2,70	47,47
Madeira	599.603.615	9,86	975.508.747	12,04	62,69
Madeira compensada ou contraplacada	265.437.301	4,37	453.340.985	5,59	70,79
Madeira laminada	14.191.582	0,23	17.967.940	0,22	26,61
Madeira serrada	130.776.379	2,15	158.778.098	1,96	21,41
Outros	203.389.935	3,35	363.389.664	4,48	78,67
Carnes	530.368.445	8,72	802.614.997	9,90	51,33
Carne de frango <i>in natura</i>	359.494.893	5,91	560.589.688	6,92	55,94
Carne de bovino <i>in natura</i>	48.835.935	0,80	90.479.205	1,12	85,27
Carne de suíno <i>in natura</i>	75.025.404	1,23	80.926.216	1,00	7,87
Carne de peru <i>in natura</i>	25.982.945	0,43	43.386.007	0,54	66,98
Carne de frango industrializada	4.010.745	0,07	3.894.915	0,05	-2,89
Carne bovina industrializada	276.666	0,00	502.707	0,01	81,70
Outros	16.741.857	0,28	22.836.259	0,28	36,40
Cereais	263.294.304	4,33	475.918.552	5,87	80,76
Máquinas e instrumentos mecânicos	212.147.499	3,49	343.257.466	4,24	61,80
Bombas injetoras e injetores p/motores diesel	58.555.134	0,96	122.876.051	1,52	109,85
Refrigeradores e congeladores	28.688.374	0,47	49.026.865	0,60	70,89
Máquinas e aparelhos de uso agrícola	35.446.531	0,58	74.580.623	0,92	110,40
Outros	89.457.460	1,47	96.773.927	1,19	8,18
Papel	145.031.327	2,39	177.330.437	2,19	22,27
Papel	145.025.439	2,39	177.325.150	2,19	22,27
Celulose	5.888	0,00	5.287	0,00	-10,21
Produtos Químicos	141.308.457	2,32	172.124.780	2,12	21,81
Adubos e Fertilizantes	45.029.281	0,74	64.395.536	0,79	43,01
Plásticos e suas obras	21.410.011	0,35	28.504.336	0,35	33,14
Produtos Químicos Orgânicos	31.274.119	0,51	25.570.965	0,32	-18,24
Outros	43.595.046	0,72	53.653.943	0,66	23,07
Material elétrico	46.883.058	0,77	166.764.959	2,06	255,70
Aparelhos elétricos para telefonia	14.637.163	0,24	100.766.190	1,24	588,43
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	13.349.148	0,22	30.223.070	0,37	126,40
Outros	18.896.747	0,31	35.775.699	0,44	89,32
Café	123.542.685	2,03	152.491.959	1,88	23,43
Grão	36.065.198	0,59	53.008.686	0,65	46,98
Solúvel	87.477.487	1,44	99.483.273	1,23	13,72
Açúcar	150.031.694	2,47	146.389.667	1,81	-2,43
Em bruto	142.361.269	2,34	128.729.278	1,59	-9,58
Refinado	7.670.425	0,13	17.660.389	0,22	130,24
Outros produtos	452.020.682	7,44	674.761.363	8,33	49,28
TOTAL GERAL	6.079.592.466	100,00	8.104.005.592	100,00	33,30

FONTE: MDIC/SECEX/Sistema Alice

Paraná – destaques econômicos*

*Julio Takeshi Suzuki Júnior**, Jennifer França Zacarias Silva***,*

*Amanda Rasmussen Zimovski e Shelbert Braz*****

AGROINDÚSTRIA

Frimesa aumentará captação de leite

A Frimesa, cooperativa sediada no Paraná, aplicou R\$ 20 milhões na implantação de uma fábrica de leite condensado no Estado, devendo lançar o produto em 2005. A cooperativa pretende elevar a captação de leite de 800 mil para 1 milhão de litros/dia até 2006.

Ademais, a Frimesa tenciona ampliar sua atuação em Santa Catarina, com o investimento de R\$ 1 milhão na aquisição de uma fábrica destinada à produção de leite pasteurizado.

JURGENFELD, Vanessa. Frimesa aposta em leite no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 3 dez. 2004. Caderno Empresas, p. B10.

AGRONEGÓCIO

Exportações paranaenses de carne de frango crescem 54%

A despeito da valorização cambial, o faturamento com as exportações de carne de frango atingiu US\$ 564 milhões no intervalo janeiro-outubro de 2004. Com isso, houve crescimento de 54% nas receitas cambiais do segmento, em relação ao mesmo período de 2003.

Já os embarques registraram expansão de 36% no período, alcançando 557,3 mil toneladas de carne de frango.

CASADO, Vânia. Exportação de frango do Paraná bate recorde. **Folha de Londrina**, 24 nov. 2004. Caderno Folha Economia, p. 4.

AGROPECUÁRIA

Paraná é destaque na produção de milho

Segundo estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Paraná manterá a liderança na produção de milho, devendo colher 7,09 milhões de toneladas na safra de verão 2004/2005.

Na segunda e na terceira colocações aparecem Minas Gerais e Rio Grande do Sul, estados que deverão produzir 5,9 milhões e 4,7 milhões de toneladas, respectivamente. A estimativa para a produção nacional na safra 2004/2005 é de 32,2 milhões de toneladas, representando 2% de acréscimo em relação à safra passada.

LOMBARDO, Andréa. PR produzirá 22% da safra de milho. **Folha de Londrina**, 13 nov. 2004. Caderno Folha Economia, p. 2.

PARANÁ lidera produção nacional de milho. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 13 nov. 2004. Caderno Economia, p. 19.

COMÉRCIO

Condor inaugura hipermercado em Curitiba

A rede Condor inaugurou, em 18 de novembro, uma outra filial na capital paranaense. O montante de investimento direcionado ao projeto alcançou R\$ 9 milhões, incluindo estoques, equipamentos, treinamento e ações de marketing.

A previsão de faturamento da empresa para 2004 é de R\$ 700 milhões, 20% a mais que no ano passado.

SCHEFFER, Cinthia. Condor investe R\$ 9 milhões em nova loja na capital. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 nov. 2004. p. 20.

*Elaborado com informações disponíveis no período de 1/11/2004 a 10/12/2004.

**Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmica do curso de Administração, estagiária do IPARDES.

****Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

Comércio varejista paranaense registra crescimento

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o comércio varejista paranaense registrou aumento de 11,14% no volume de vendas em setembro, em comparação com o mesmo período de 2003, taxa superior à média nacional, de 8,87%.

De novembro de 2003 a setembro de 2004, o varejo do Paraná apresentou crescimento acumulado de 11,49%. Os segmentos que registraram as maiores taxas de crescimento em setembro foram móveis e eletrodomésticos (29,96%), hipermercados e supermercados (12,2%), tecidos, vestuário e calçados (9,57%), combustíveis e lubrificantes (8,31%) e veículos e peças (4,48%).

PIMENTEL, João Paulo. Comércio cresce há 11 meses consecutivos no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 nov. 2004. p. 19.

INDÚSTRIA

Fábrica de cerveja é inaugurada em Londrina

A Industrial Norte Paranaense de Bebidas Ltda. (Inbeb) inaugurou no mês de dezembro sua fábrica em Londrina. Atualmente, a unidade opera com 30% de sua capacidade, gerando 70 empregos diretos.

A empresa, que já comercializa a cerveja Spoller na Região Sul, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul, pretende, com a nova fábrica, elevar sua participação no mercado brasileiro de cerveja.

RODRIGUES, Betânia. Cervejaria inaugura fábrica em Londrina no mês que vem. **Folha de Londrina**, 10 nov. 2004. Caderno Folha Economia, p. 2.

Bosch investirá R\$ 350 milhões no País

A Robert Bosch investirá R\$ 350 milhões no Brasil em 2005. A maior parte desses recursos será direcionada à produção de novos injetores para motores diesel, que equipam veículos comerciais médios e pesados. O restante será destinado à ampliação das estruturas industriais.

Com o início da fabricação dos novos injetores serão criados cerca de 350 empregos na unidade da Bosch em Curitiba, que já emprega 4,5 mil pessoas.

OLMOS, Marli. Bosch vai investir R\$ 350 milhões no Brasil em 2005. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 nov. 2004. Caderno Empresas, p. B1.

Audi estenderá a produção do Audi A3 até 2006

A Audi prolongará até 2006 a fabricação do automóvel A3 na fábrica de São José dos Pinhais. A partir daí, um novo modelo estará disponível ao consumidor brasileiro, por meio de importações.

A Audi é responsável por 3.200 empregos na fábrica do Paraná, compartilhada com a Volkswagen.

AUDI garante produção no Brasil até 2006. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 nov. 2004. p. 24.

Atlas Schindler lança novo produto no mercado

A Atlas Schindler, indústria que produz elevadores, esteiras e escadas rolantes, está fabricando um novo modelo de elevador, equipado com sistema de bio-metria digital. A empresa, que investiu R\$ 5 milhões na produção do modelo, pretende atingir um acréscimo de 5% nas vendas com o novo produto.

A subsidiária brasileira da suíça Schindler é responsável por 4,3 mil postos de trabalho no Brasil, possuindo duas unidades no País – uma em São Paulo, onde são produzidas peças de reposição para produtos que saíram de linha, e outra em Londrina.

RIOS, Cristina. Atlas Schindler busca volta ao azul com novos produtos. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 nov. 2004. p. A11.

NÍVEL DE ATIVIDADES

Paraná registra elevação nos empregos industriais

O Paraná vem se destacando na criação de postos de trabalho no setor industrial, registrando uma taxa de crescimento superior à média brasileira.

Segundo dados do IBGE, o Estado apresentou elevação de 4,5% no emprego industrial em setembro, comparativamente com o mesmo mês de 2003. De janeiro a setembro deste ano, o emprego cresceu 3,2%, com destaque para o segmento de Vestuário, que registrou aumento de 11,2% no número de empregos no Paraná.

CASADO, Vânia. Têxteis puxam emprego industrial no Paraná. **Folha de Londrina**, 19 nov. 2004. Caderno Folha Economia, p. 1.

Produção da indústria paranaense cresce 9,2% em 2004

A produção industrial paranaense registrou crescimento de 19,16% em setembro, em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo o IBGE.

No acumulado do período janeiro-setembro o Paraná atingiu crescimento de 9,19%, acima da média nacional de 9%. Os segmentos que registraram as maiores taxas de crescimento nos primeiros sete meses deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, foram Veículos Automotores (com aumento de 45,87%), Edição e Impressão (26,47%), Máquinas e Equipamentos (24,91%), Madeira (23,04%), Produtos de Metal (9,59%) e Alimentos (5,9%).

Já o refino de petróleo e álcool recuou 16,77%, em função da paralisação de cerca de dois meses na refinaria Getúlio Vargas. Além disso, a indústria de minerais não-metálicos apresentou queda de 6,21% na sua produção.

ORGIS, Guido. Indústria do Paraná acumula crescimento de 9,2% em 2004. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 nov. 2004. p. 23.

GASPARIN, Mirian. Crescimento da indústria do PR é vigoroso. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 nov. 2004. p. 23.

Número de empregos formais cresce 9,37% no Paraná

De acordo com dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), com base nas informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, o emprego formal no Paraná cresceu 9,37% no período janeiro-outubro deste ano, com um saldo positivo de 148.390 vagas.

Os segmentos que mais se destacaram foram o comércio varejista, os produtos alimentícios e bebidas e a agricultura, responsáveis por 43% das novas vagas. Em nível territorial, sobressaiu o interior do Estado, com participação de 72% no total de postos de trabalho. Curitiba e Região Metropolitana responderam por 28% do total.

GASPARIN, Mirian. PR abre 150 mil vagas em dez meses. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 dez. 2004. p. 23.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2004

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 643	2 383	71 543	193 492	2 705	30 527	609 007	19 950
2004 ⁽¹⁾	47 247	89 934	1 903	68 121	182 599	2 681	29 193	576 133	19 735

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 370	117 290	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 785	3 455
2004 ⁽¹⁾	117 588	146 756	1 248	393 819	32 454 170	82 409	52 566	153 581	2 922

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2004

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	540 906	710 107	1 313	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 114	5 065
2004 ⁽¹⁾	503 351	662 750	1 317	159 601	3 178 146	19 913	2 461 116	11 048 538	4 489

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 650 966	11 010 099	3 016	1 198 078	3 121 306	2 605
2004 ⁽¹⁾	539	1 197	2 221	4 007 293	10 193 805	2 544	1 351 713	3 065 336	2 268

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2004

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Março	99 991	16 155	29 054
1998	854 517	236 358	193 435	Abril	101 153	17 152	29 714
1999	957 237	198 873	229 466	Maio	112 623	17 422	30 246
2000	1 041 412	181 113	235 315	Junho	103 349	15 244	29 913
2001	1 121 828	197 985	263 451	Julho	120 730	15 638	32 243
2002	1 235 681	219 350	333 951	Agosto	115 940	17 616	30 363
Janeiro	108 143	16 217	25 688	Setembro	121 156	20 834	30 928
Fevereiro	92 700	15 727	23 247	Outubro	127 530	24 920	33 913
Março	92 731	14 361	24 787	Novembro	115 356	20 766	28 242
Abril	104 996	18 495	28 516	Dezembro	118 106	23 322	25 048
Maio	101 833	16 465	28 223	2004 ⁽¹⁾	1 155 066	200 692	257 438
Junho	100 807	16 944	26 889	Janeiro	121 181	18 728	27 006
Julho	116 253	17 934	29 970	Fevereiro	110 707	17 839	26 296
Agosto	106 345	18 803	30 677	Março	130 714	21 834	29 479
Setembro	103 766	19 608	28 916	Abril	127 224	21 885	27 522
Outubro	109 473	23 072	31 264	Maio	129 493	23 624	29 508
Novembro	99 931	21 024	28 849	Junho	130 170	26 308	29 841
Dezembro	98 702	20 701	26 926	Julho	138 452	22 128	30 029
2003	1 344 398	219 774	359 139	Agosto	132 983	22 417	28 961
Janeiro	109 999	15 544	31 393	Setembro	134 141	25 930	28 795
Fevereiro	98 465	15 161	28 084				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-OUTUBRO 2004

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Junho	128	635
1977	1 356	8 826	Julho	40	1 180
1978	1 614	9 636	Agosto	142	921
1979	1 635	12 575	Setembro	234	1 066
1980	1 936	13 482	Outubro	292	1 148
1981	1 954	14 105	Novembro	270	860
1982	1 179	6 606	Dezembro	218	499
1983	1 079	3 345	2003	3 112	10 449
1984	1 748	7 921	Janeiro	220	478
1985	2 167	9 728	Fevereiro	238	734
1986	2 029	10 588	Março	247	776
1987	2 121	9 479	Abril	129	956
1988	1 567	8 847	Maio	192	1 040
1989	1 386	6 189	Junho	196	929
1990	885	4 111	Julho	220	1 084
1991	584	2 677	Agosto	317	1 126
1992	593	2 893	Setembro	324	1 063
1993	1 038	4 475	Outubro	395	867
1994	1 707	9 011	Novembro	347	886
1995	859	5 095	Dezembro	287	510
1996	897	4 180	2004	2 587	8 941
1997	1 296	6 062	Janeiro	198	440
1998	1 380	6 025	Fevereiro	408	694
1999	1 351	4 854	Março	399	896
2000	1 692	6 251	Abril	227	766
2001	2 046	8 307	Maio	228	795
2002	2 448	9 752	Junho	213	942
Janeiro	301	401	Julho	162	1 182
Fevereiro	279	652	Agosto	242	1 175
Março	286	702	Setembro	214	1 004
Abril	132	901	Outubro	296	1 047
Maio	126	787			

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 4 - PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999-OUTUBRO 2004

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES ⁽¹⁾	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
2002	5 063	5 512	131 285
Janeiro	1	241	4 722
Fevereiro	6	432	10 956
Março	9	520	12 335
Abril	447	554	13 080
Maio	523	526	12 137
Junho	671	463	10 720
Julho	749	474	13 169
Agosto	520	397	10 048
Setembro	632	501	11 435
Outubro	737	552	13 479
Novembro	654	455	10 351
Dezembro	114	397	8 853
2003	9 242	6 147	133 269
Janeiro	664	399	11 354
Fevereiro	803	486	13 218
Março	763	466	12 386
Abril	859	398	10 499
Maio	997	560	13 296
Junho	1 020	405	9 901
Julho	1 198	590	6 746
Agosto	867	543	9 336
Setembro	281	507	10 618
Outubro	1 192	719	13 134
Novembro	474	679	13 003
Dezembro	124	395	9 778
2004	11 727	7 487	161 078
Janeiro	929	562	12 845
Fevereiro	1 191	594	12 867
Março	1 134	909	15 386
Abril	933	629	12 623
Maio	1 219	754	11 570
Junho	1 335	813	20 651
Julho	1 182	786	22 089
Agosto	1 139	863	21 411
Setembro	1 313	781	19 439
Outubro	1 352	796	12 197

FONTE: Anfavea

(1) Não inclui a picape Saveiro, veículo produzido em fábricas localizadas em São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Pinhais (PR).

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2003

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 345
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 259	11,54	1 741 015	35,87	28 727	0,59	4 854 245
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 996
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003 ⁽¹⁾	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 6 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2002-2003

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PART. PR/BR	
	2003		2002		Variação (%)	2003		2002		Variação (%)	2003 (%)	2002 (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)		US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	7 153 235	100,00	5 700 199	100,00	25,49	73 084 140	100,00	60 361 786	100,00	21,08	9,79	9,44
União Européia	2 148 900	30,04	1 859 928	32,63	15,54	18 102 065	24,77	15 113 391	25,04	19,78	11,87	12,31
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 476 765	20,64	1 030 639	18,08	43,29	11 676 286	15,98	8 791 091	14,56	32,82	12,65	11,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 044 913	14,61	1 038 758	18,22	0,59	16 692 354	22,84	15 534 804	25,74	7,45	6,26	6,69
Oriente Médio	603 960	8,44	386 732	6,78	56,17	2 817 593	3,86	2 341 756	3,88	20,32	21,44	16,51
Mercosul	500 482	7,00	262 404	4,60	90,73	5 671 853	7,76	3 310 817	5,48	71,31	8,82	7,93
Europa Oriental	337 420	4,72	200 826	3,52	68,02	2 270 662	3,11	1 754 912	2,91	29,39	14,86	11,44
África	275 943	3,86	269 214	4,72	2,50	2 860 120	3,91	2 362 317	3,91	21,07	9,65	11,40
Outros ⁽¹⁾	764 851	10,69	651 698	11,43	17,36	12 993 207	17,78	11 152 698	18,48	16,50	5,89	5,84
IMPORTAÇÃO	3 488 221	100,00	3 333 814	100,00	4,63	48 259 592	100,00	47 231 932	100,00	2,18	7,23	7,06
União Européia	1 215 380	34,84	1 312 331	39,36	-7,39	12 686 908	26,29	13 069 515	27,67	-2,93	9,58	10,04
Mercosul	564 034	16,17	582 573	17,47	-3,18	5 685 896	11,78	5 615 048	11,89	1,26	9,92	10,38
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	438 845	12,58	398 462	11,95	10,13	9 564 117	19,82	10 437 889	22,10	-8,37	4,59	3,82
África	369 953	10,61	232 895	6,99	58,85	3 253 525	6,74	2 686 694	5,69	21,10	11,37	8,67
Ásia (excl. Oriente Médio)	317 895	9,11	315 346	9,46	0,81	8 923 346	18,49	7 996 372	16,93	11,59	3,56	3,94
Europa Oriental	230 296	6,60	133 209	4,00	72,88	1 165 013	2,41	918 720	1,95	26,81	19,77	14,50
Oriente Médio	78 997	2,26	102 720	3,08	-23,09	1 619 851	3,36	1 479 413	3,13	9,49	4,88	6,94
Outros	272 823	7,82	256 278	7,69	6,46	5 360 936	11,11	5 028 281	10,65	6,62	5,09	5,10

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-NOVEMBRO 2003-2004

continua

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Soja	2 861 893 552	32,72	2 354 453 606	35,68	21,55
Soja mesmo triturada	1 269 968 879	14,52	1 061 652 780	16,09	19,62
Farelo de soja	1 033 980 151	11,82	818 573 530	12,40	26,31
Óleo de soja em bruto	441 726 394	5,05	367 478 575	5,57	20,20
Óleo de soja refinado	114 155 385	1,31	106 748 721	1,62	6,94
Óleo de soja, exceto refinado ou em bruto	2 062 743	0,02	-	-	-
Material de transporte e componentes	1 438 451 584	16,45	1 259 703 129	19,09	14,19
Automóveis	545 645 320	6,24	618 448 073	9,37	-11,77
Motores para automóveis	514 569 213	5,88	398 334 918	6,04	29,18
Tratores	165 303 327	1,89	83 698 070	1,27	97,50
Autopeças	94 989 605	1,09	73 997 024	1,12	28,37
Veículos de carga	69 206 591	0,79	46 007 212	0,70	50,43
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	23 479 613	0,27	23 601 434	0,36	-0,52
Ônibus	19 039 536	0,22	10 419 564	0,16	82,73
Helicópteros	1 406 226	0,02	1 095 472	0,02	28,37
Reboques para transporte de mercadorias	900 697	0,01	960 349	0,01	-6,21
Pneumáticos e câmaras de ar	474 659	0,01	644 776	0,01	-26,38
Trens e materiais para vias férreas	121 600	-	25 020	-	386,01
Motocicletas	12 609	-	13 811	-	-8,70
Motores e turbinas para aviação	221	-	-	-	-
Partes e peças de aviões e helicópteros	-	-	172	-	-100,00
Demais materiais elétricos e eletrônicos	3 302 367	0,04	2 457 234	0,04	34,39
Madeiras e manufaturas de madeira	1 065 005 182	12,18	671 890 002	10,18	58,51
Madeira compensada ou contraplacada	482 556 861	5,52	301 183 140	4,56	60,22
Madeira serrada	179 714 241	2,05	143 783 347	2,18	24,99
Obras de marcenaria ou de carpintaria	148 227 216	1,69	66 234 915	1,00	123,79
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	61 569 979	0,70	34 816 916	0,53	76,84
Madeira laminada	20 308 884	0,23	15 650 950	0,24	29,76
Demais madeiras e manufaturas de madeira	172 628 001	1,97	110 220 734	1,67	56,62
Carnes	880 809 594	10,07	607 683 041	9,21	44,95
Carne de frango "in natura"	613 045 698	7,01	412 108 056	6,25	48,76
Carne de bovino "in natura"	99 212 942	1,13	56 001 752	0,85	77,16
Carne de suíno "in natura"	91 356 034	1,04	85 420 880	1,29	6,95
Carne de peru "in natura"	47 642 417	0,54	30 497 773	0,46	56,22
Carne de frango industrializada	4 158 105	0,05	4 667 458	0,07	-10,91
Carne bovina industrializada	610 693	0,01	343 790	0,01	77,64
Demais carnes	24 783 705	0,28	18 643 332	0,28	32,94
Cereais	480 017 462	5,49	276 044 452	4,18	73,89
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	390 235 720	4,46	240 207 358	3,64	62,46
Compressores e bombas	140 166 832	1,60	63 898 525	0,97	119,36
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	82 310 071	0,94	42 218 166	0,64	94,96
Refrigeradores e congeladores	53 100 153	0,61	34 002 962	0,52	56,16
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, decarga, etc.	20 712 232	0,24	14 708 145	0,22	40,82
Rolamentos e engrenagens	16 260 892	0,19	10 237 850	0,16	58,83
Torneiras e válvulas	10 919 189	0,12	20 638 334	0,31	-47,09
Aparelhos de ar condicionado	7 531 246	0,09	4 991 152	0,08	50,89
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	2 356 895	0,03	1 306 630	0,02	80,38
Aparelhos para filtrar ou depurar	1 706 425	0,02	1 908 598	0,03	-10,59
Computadores e acessórios	1 613 801	0,02	1 775 306	0,03	-9,10
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	1 283 303	0,01	394 931	0,01	224,94
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	234 751	-	823 763	0,01	-71,50
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	80 804	-	107 110	-	-24,56
Laminadores de metais	13 276	-	18 157	-	-26,88
Máquinas de costura	8 843	-	492	-	1 697,36
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	51 937 007	0,59	43 177 237	0,65	20,29

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-NOVEMBRO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Papel e celulose	195 583 710	2,24	161 147 434	2,44	21,37
Papel	195 578 423	2,24	161 136 307	2,44	21,37
Celulose	5 287	-	11 127	-	-52,48
Produtos químicos	190 612 849	2,18	158 500 093	2,40	20,26
Adubos e fertilizantes	68 399 014	0,78	52 828 755	0,80	29,47
Plásticos e suas obras	32 057 795	0,37	24 276 363	0,37	32,05
Produtos químicos orgânicos	29 481 139	0,34	33 126 193	0,50	-11,00
Produtos químicos inorgânicos	10 467 151	0,12	7 634 005	0,12	37,11
Óleos essenciais e resinóides	5 714 719	0,07	5 005 041	0,08	14,18
Extratos tanantes e tintoriais	1 961 150	0,02	1 267 347	0,02	54,74
Produtos farmacêuticos	1 117 143	0,01	1 154 162	0,02	-3,21
Produtos para fotografia	27	-	12 597	-	-99,79
Demais produtos químicos	41 414 711	0,47	33 195 630	0,50	24,76
Materiais elétricos e eletrônicos	186 522 042	2,13	54 668 598	0,83	241,19
Aparelhos elétricos para telefonia	112 669 944	1,29	18 729 045	0,28	501,58
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	33 720 375	0,39	15 307 047	0,23	120,29
Aparelhos transmissores e receptores	16 662 498	0,19	4 186 901	0,06	297,97
Geradores e transformadores, elétricos	8 277 652	0,09	4 408 454	0,07	87,77
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	5 232 835	0,06	5 893 276	0,09	-11,21
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	2 569 918	0,03	1 801 996	0,03	42,62
Demais materiais elétricos e eletrônicos	7 388 820	0,08	4 341 879	0,07	70,18
Açúcar	171 884 024	1,97	168 064 472	2,55	2,27
Açúcar em bruto	151 649 530	1,73	155 888 371	2,36	-2,72
Açúcar refinado	20 234 494	0,23	12 176 101	0,18	66,18
Café	168 190 131	1,92	138 952 589	2,11	21,04
Café solúvel	108 879 226	1,24	97 717 557	1,48	11,42
Café cru em grão	59 310 905	0,68	41 235 032	0,62	43,84
Produtos metalúrgicos	131 648 292	1,51	82 344 735	1,25	59,87
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	51 250 208	0,59	45 585 005	0,69	12,43
Produtos laminados planos de ferro ou aço	36 566 801	0,42	3 319 363	0,05	1 001,62
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	6 545 711	0,07	4 112 344	0,06	59,17
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	5 468 396	0,06	8 443 166	0,13	-35,23
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	1 587 677	0,02	1 154 976	0,02	37,46
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (ferro gusa)	-	-	2 759	-	-100,00
Demais produtos metalúrgicos	30 229 499	0,35	19 727 122	0,30	53,24
Derivados de petróleo	96 187 332	1,10	78 774 470	1,19	22,10
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	82 495 542	0,94	70 092 039	1,06	17,70
Óleos e combustíveis	9 524 136	0,11	3 750 064	0,06	153,97
Óleos lubrificantes	1 496 824	0,02	1 157 595	0,02	29,30
Gasolina	15	-	-	-	-
Demais derivados de petróleo	2 670 815	0,03	3 774 772	0,06	-29,25
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	85 771 455	0,98	56 693 799	0,86	51,29
Produtos têxteis	81 837 384	0,94	59 002 843	0,89	38,70
Fios de seda	23 066 481	0,26	17 831 015	0,27	29,36
Confecções	11 812 587	0,14	12 809 000	0,19	-7,78
Fios de algodão	5 863 074	0,07	7 725 093	0,12	-24,10
Fios sintéticos ou artificiais	1 577 652	0,02	1 107 624	0,02	42,44
Tecidos de algodão	110 798	-	60 239	-	83,93
Sisal em fibras, cordas e cabos	-	-	605	-	-100,00
Demais produtos têxteis	39 406 792	0,45	19 469 267	0,30	102,41
Outros grupos	322 201 649	3,68	230 626 939	3,50	39,71
TOTAL	8 746 851 962	100,00	6 598 757 560	100,00	32,55

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-NOVEMBRO 2003-2004

continua

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Produtos químicos	984 109 024	27,16	641 300 241	19,91	53,46
Adbos e fertilizantes	589 629 181	16,27	338 388 387	10,50	74,25
Produtos químicos orgânicos	187 232 294	5,17	128 493 228	3,99	45,71
Plásticos e suas obras	106 738 013	2,95	93 703 249	2,91	13,91
Produtos químicos inorgânicos	17 912 080	0,49	14 220 187	0,44	25,96
Produtos farmacêuticos	15 950 483	0,44	20 803 844	0,65	-23,33
Extratos tanantes e tintoriais	15 479 685	0,43	10 182 350	0,32	52,02
Óleos essenciais e resinóides	4 570 962	0,13	4 752 409	0,15	-3,82
Produtos para fotografia	1 605 752	0,04	1 547 329	0,05	3,78
Demais produtos químicos	44 990 574	1,24	29 209 258	0,91	54,03
Material de transporte e componentes	642 619 658	17,74	641 817 279	19,92	0,13
Autopeças	373 480 022	10,31	376 963 004	11,70	-0,92
Motores para automóveis	168 220 246	4,64	171 075 479	5,31	-1,67
Automóveis	38 737 947	1,07	34 624 261	1,07	11,88
Pneumáticos e câmaras de ar	16 232 972	0,45	14 000 401	0,43	15,95
Helicópteros	10 903 567	0,30	11 917 343	0,37	-8,51
Aviões	4 622 680	0,13	3 300 000	0,10	40,08
Trens e materiais para vias férreas	3 587 666	0,10	562 623	0,02	537,67
Veículos de carga	3 228 117	0,09	5 260 907	0,16	-38,64
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	1 685 450	0,05	1 091 310	0,03	54,44
Tratores	652 000	0,02	438 163	0,01	48,80
Partes e peças de aviões e helicópteros	503 111	0,01	700 222	0,02	-28,15
Motores e turbinas para aviação	283 825	0,01	512 567	0,02	-44,63
Motocicletas	133 180	-	-	-	-
Ônibus	-	-	158 587	-	-100,00
Demais materiais elétricos e eletrônicos	20 348 875	0,56	21 212 412	0,66	-4,07
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	493 181 768	13,61	422 844 645	13,12	16,63
Compressores e bombas	117 676 664	3,25	99 363 271	3,08	18,43
Rolamentos e engrenagens	71 911 319	1,98	63 337 360	1,97	13,54
Torneiras e válvulas	31 967 632	0,88	21 926 934	0,68	45,79
Computadores e acessórios	27 004 812	0,75	11 932 136	0,37	126,32
Aparelhos de ar condicionado	25 547 661	0,71	20 569 663	0,64	24,20
Aparelhos para filtrar ou depurar	23 557 911	0,65	21 461 443	0,67	9,77
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	20 071 307	0,55	23 188 421	0,72	-13,44
Refrigeradores e congeladores	11 577 304	0,32	10 673 402	0,33	8,47
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, decarga, etc.	8 308 940	0,23	11 709 908	0,36	-29,04
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	6 624 275	0,18	4 182 837	0,13	58,37
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	1 930 834	0,05	3 129 977	0,10	-38,31
Máquinas de costura	707 579	0,02	759 942	0,02	-6,89
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	437 766	0,01	900 797	0,03	-51,40
Laminadores de metais	388 479	0,01	1 372 147	0,04	-71,69
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	67 326	-	98 721	-	-31,80
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	145 401 959	4,01	128 237 686	3,98	13,38
Materiais elétricos e eletrônicos	349 314 590	9,64	265 671 752	8,25	31,48
Aparelhos transmissores e receptores	69 713 540	1,92	68 090 113	2,11	2,38
Aparelhos elétricos para telefonia	41 518 163	1,15	38 112 019	1,18	8,94
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	38 321 908	1,06	38 941 547	1,21	-1,59
Geradores e transformadores, elétricos	36 236 398	1,00	29 967 279	0,93	20,92
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	13 922 746	0,38	10 698 195	0,33	30,14
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	3 058 581	0,08	5 348 764	0,17	-42,82
Demais materiais elétricos e eletrônicos	146 543 254	4,04	74 513 835	2,31	96,67

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-NOVEMBRO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Derivados de petróleo	299 886 949	8,28	384 966 398	11,95	-22,10
Óleos brutos de petróleo	222 382 251	6,14	344 406 879	10,69	-35,43
Óleos e combustíveis	64 947 999	1,79	13 034 800	0,40	398,27
Gasolina	2 763 133	0,08	-	-	-
Óleos lubrificantes	572 077	0,02	356 703	0,01	60,38
Demais derivados de petróleo	9 221 489	0,25	27 168 016	0,84	-66,06
Produtos metalúrgicos	113 904 681	3,14	79 371 811	2,46	43,51
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	10 087 213	0,28	9 966 418	0,31	1,21
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	6 348 472	0,18	5 011 636	0,16	26,67
Produtos laminados planos de ferro ou aço	4 409 049	0,12	2 689 610	0,08	63,93
Catodos de cobre	1 281 823	0,04	-	-	-
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	618 592	0,02	404 995	0,01	52,74
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	360 800	0,01	-	-	-
Ferro-ligas	280 966	0,01	179 432	0,01	56,59
Ligas de alumínio	1 139	-	4 534	-	-74,88
Alumínio em bruto	62	-	-	-	-
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (ferro gusa)	-	-	128	-	-100,00
Demais produtos metalúrgicos	90 516 565	2,50	61 115 058	1,90	48,11
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	95 753 205	2,64	95 255 997	2,96	0,52
Papel e celulose	84 551 741	2,33	64 479 294	2,00	31,13
Papel	45 602 529	1,26	30 212 134	0,94	50,94
Celulose	38 949 212	1,08	34 267 160	1,06	13,66
Produtos têxteis	68 291 495	1,88	62 138 856	1,93	9,90
Confeções	27 470 648	0,76	17 502 238	0,54	56,96
Fios sintéticos ou artificiais	15 624 336	0,43	13 983 663	0,43	11,73
Tecidos de algodão	173 481	-	65 026	-	166,79
Sisal em fibras, cordas e cabos	222	-	92	-	141,30
Fios de algodão	-	-	860	-	-100,00
Demais produtos têxteis	25 022 808	0,69	30 586 977	0,95	-18,19
Cereais	56 657 501	1,56	99 165 857	3,08	-42,87
Soja	47 876 363	1,32	193 486 285	6,01	-75,26
Soja mesmo triturada	40 487 493	1,12	183 227 903	5,69	-77,90
Farelo de soja	7 388 870	0,20	9 806 382	0,30	-24,65
Óleo de soja em bruto	-	-	452 000	0,01	-100,00
Madeiras e manufaturas de madeira	30 663 663	0,85	18 492 883	0,57	65,81
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	22 715 501	0,63	12 876 527	0,40	76,41
Madeira serrada	4 067 922	0,11	2 540 276	0,08	60,14
Madeira laminada	2 397 798	0,07	1 954 571	0,06	22,68
Madeira compensada ou contraplacada	58 580	-	56 963	-	2,84
Obras de marcenaria ou de carpintaria	663	-	202	-	228,22
Demais madeiras e manufaturas de madeira	1 423 199	0,04	1 064 344	0,03	33,72
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	28 610 456	0,79	23 085 417	0,72	23,93
Outros grupos de produtos	327 726 980	9,05	229 692 616	7,13	42,68
TOTAL	3 623 148 074	100,00	3 221 769 331	100,00	12,46

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 9 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2004

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 466
2002	5 700 199	3 333.303	2 366 897	60 361 786	47 227 204	13 134 582
Janeiro	250 849	231.860	12 495	3 971 829	3 802 444	169 385
Fevereiro	309 359	230 866	59 018	3 658 349	3 396 788	261 561
Março	332 361	268 303	66 320	4 260 412	3 662 948	597 464
Abril	372 907	289 707	34 704	4 641 400	4 141 868	499 531
Mai	364 982	269 674	52 284	4 441 380	4 063 263	378 117
Junho	343 324	286 867	112 027	4 078 559	3 399 611	678 948
Julho	492 269	338 650	202 742	6 223 334	5 020 022	1 203 312
Agosto	449 584	289 674	180 382	5 751 020	4 173 551	1 577 469
Setembro	1 294 671	320 709	1 020 597	6 491 807	3 990 272	2 501 535
Outubro	627 998	324 277	295 252	6 474 408	4 272 416	2 201 992
Novembro	502 314	371 921	243 187	5 126 951	3 858 063	1 268 888
Dezembro	359 582	265 907	87 888	5 242 336	3 445 957	1 796 379
2003 ⁽¹⁾	7 153 235	3 487 705	3 665 530	73 084 140	48 282 448	24 801 692
Janeiro	415 305	231 860	183 445	4 805 211	3 650 369	1 154 842
Fevereiro	405 642	230 867	174 775	5 001 174	3 887 862	1 113 312
Março	530 027	268 307	261 720	5 238 699	3 702 405	1 536 294
Abril	657 474	289 699	367 774	5 710 491	3 988 700	1 721 790
Mai	716 000	269 692	446 307	6 372 184	3 854 335	2 517 849
Junho	630 768	286 868	343 900	5 874 570	3 520 822	2 353 749
Julho	562 814	338 643	224 171	6 104 456	4 049 067	2 055 389
Agosto	830 396	288 957	541 439	6 403 412	3 730 552	2 672 859
Setembro	668 309	320 710	347 599	7 280 148	4 615 727	2 664 422
Outubro	662 857	324 282	338 575	7 565 644	5 028 909	2 536 735
Novembro	519 165	371 920	147 245	5 980 003	4 259 465	1 720 538
Dezembro	554 477	265 898	288 580	6 748 148	3 994 235	2 753 913
2004 ⁽¹⁾	8 746 852	3 623 148	5 123 704	87 280 722	57 094 508	30 186 214
Janeiro	507 086	248 412	258 674	5 799 645	4 213 971	1 585 674
Fevereiro	520 516	258 256	262 260	5 721 636	3 752 192	1 969 444
Março	798 144	307 242	490 902	7 926 995	5 344 129	2 582 866
Abril	584 912	257 480	327 432	6 589 499	4 630 558	1 958 940
Mai	832 956	289 296	543 660	7 941 178	4 825 132	3 116 046
Junho	1 484 571	457 229	1 027 342	9 327 515	5 522 809	3 804 706
Julho	881 370	376 200	505 170	8 992 426	5 510 550	3 481 876
Agosto	933 007	388 385	544 622	9 056 464	5 624 735	3 431 729
Setembro	845 966	359 500	486 466	8 922 690	5 751 149	3 171 542
Outubro	715 477	369 014	346 463	8 843 387	5 837 668	3 005 719
Novembro	642 846	312 133	330 713	8 159 287	6 081 615	2 077 672

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 10 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-NOVEMBRO 2004

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Mai	0,51
2000	6,23	Junho	-0,11
2001	5,90	Julho	0,06
2002	12,02	Agosto	0,43
Janeiro	0,88	Setembro	0,43
Fevereiro	0,20	Outubro	0,26
Março	0,40	Novembro	0,21
Abril	0,78	Dezembro	-0,05
Mai	0,47	2004	9,54
Junho	0,55	Janeiro	1,72
Julho	0,52	Fevereiro	0,48
Agosto	0,60	Março	0,48
Setembro	1,12	Abril	1,44
Outubro	1,44	Mai	1,09
Novembro	2,95	Junho	1,27
Dezembro	1,53	Julho	0,70
2003	6,46	Agosto	0,87
Janeiro	1,88	Setembro	0,04
Fevereiro	0,61	Outubro	0,60
Março	1,19	Novembro	0,48
Abril	0,87		

FONTE: IPARDES

TABELA 11 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2004

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
Janeiro	0,52	0,19	0,36	-0,13	0,36
Fevereiro	0,36	0,18	0,06	0,14	0,58
Março	0,60	0,11	0,09	-0,11	0,55
Abril	0,80	0,70	0,56	0,75	0,33
Mai	0,21	1,11	0,83	1,27	2,53
Junho	0,42	1,74	1,54	2,5	0,57
Julho	1,19	2,05	1,95	2,82	0,29
Agosto	0,65	2,36	2,32	3,32	1,00
Setembro	0,72	2,64	2,40	3,84	0,71
Outubro	1,31	4,21	3,87	6,02	1,13
Novembro	3,02	5,84	5,19	7,45	2,45
Dezembro	2,10	2,70	3,75	3,14	1,70
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
Janeiro	2,25	2,17	2,33	2,21	1,51
Fevereiro	1,57	1,59	2,28	1,71	1,39
Março	1,23	1,66	1,53	1,93	1,38
Abril	0,97	0,41	0,92	0,07	0,90
Mai	0,61	-0,67	-0,26	-1,68	2,84
Junho	-0,15	-0,70	-1,00	-1,16	1,05
Julho	0,20	-0,20	-0,42	-0,59	0,99
Agosto	0,34	0,62	0,38	0,7	1,44
Setembro	0,78	1,05	1,18	1,29	0,22
Outubro	0,29	0,44	0,38	0,5	0,65
Novembro	0,34	0,48	0,49	0,46	1,04
Dezembro	0,52	0,60	0,61	0,74	0,16
2004	6,68	11,56	11,59	14,13	10,46
Janeiro	0,76	0,80	0,88	0,75	0,33
Fevereiro	0,61	1,08	0,69	1,42	1,00
Março	0,47	0,93	1,13	1,09	1,16
Abril	0,37	1,15	1,21	1,57	0,59
Mai	0,51	1,46	1,31	1,71	1,83
Junho	0,71	1,29	1,38	1,57	0,70
Julho	0,91	1,14	1,31	1,35	1,12
Agosto	0,69	1,31	1,22	1,59	0,81
Setembro	0,33	0,48	0,69	0,65	0,58
Outubro	0,44	0,53	0,39	0,61	1,19
Novembro	0,69	0,82	0,82	1,00	0,71

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - NOVEMBRO 2004

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33
Abril	380 086	2 326 035	0,16	633 133	45 348	13,96	256 015	249 126	1,03	108 643	306 399	0,35
Mai	367 783	2 330 219	0,16	633 833	45 411	13,96	230 954	249 449	0,93	106 253	307 423	0,35
Junho	356 695	2 332 046	0,15	641 085	45 468	14,10	213 957	249 801	0,86	99 786	307 766	0,32
Julho	345 858	2 331 731	0,15	638 103	45 380	14,06	208 313	249 501	0,83	98 669	308 952	0,32
Agosto	356 488	2 342 351	0,15	668 296	45 686	14,63	217 121	250 439	0,87	95 711	309 653	0,31
Setembro	360 375	2 349 687	0,15	664 903	45 980	14,46	223 906	250 973	0,89	98 567	310 352	0,32
Outubro	353 712	2 348 161	0,15	662 048	45 991	14,40	226 421	250 631	0,90	99 808	310 746	0,32
Novembro	370 490	2 361 596	0,16	623 449	46 293	13,47	235 841	251 868	0,94	103 530	312 599	0,33
Dezembro	353 382	2 361 718	0,15	599 394	46 383	12,92	236 328	252 031	0,94	101 945	313 642	0,33
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
Janeiro	386 855	2 376 132	0,16	577 086	46 511	12,41	242 493	252 399	0,96	107 699	314 801	0,34
Fevereiro	370 475	2 369 600	0,16	593 402	46 326	12,81	246 521	251 170	0,98	111 083	315 234	0,35
Março	359 105	2 381 021	0,15	577 534	46 481	12,43	250 746	252 072	0,99	108 661	312 328	0,35
Abril	370 430	2 390 008	0,15	602 993	46 824	12,88	251 285	252 375	1,00	105 646	312 203	0,34
Mai	355 220	2 386 387	0,15	579 076	46 982	12,33	225 974	252 276	0,90	103 019	316 208	0,33
Junho	361 990	2 396 760	0,15	604 812	47 297	12,79	224 627	253 212	0,89	99 301	318 503	0,31
Julho	356 125	2 404 571	0,15	608 305	47 621	12,77	219 125	253 921	0,86	98 996	318 552	0,31
Agosto	362 601	2 407 322	0,15	611 374	47 936	12,75	233 287	254 679	0,92	100 064	319 998	0,31
Setembro	364 246	2 410 226	0,15	618 597	48 240	12,82	234 127	255 096	0,92	100 865	319 574	0,32
Outubro	362 314	2 416 767	0,15	612 457	48 629	12,59	238 260	255 901	0,93	102 151	319 772	0,32
Novembro	369 573	2 422 467	0,15	626 599	48 883	12,82	247 215	256 855	0,96	105 899	321 102	0,33
Dezembro	362 584	2 428 812	0,15	608 026	49 062	12,39	249 922	257 408	0,97	106 335	321 491	0,33
2004												
Janeiro	378 173	2 436 535	0,16	556 424	49 115	11,33	251 488	257 436	0,98	110 405	322 033	0,34
Fevereiro	378 806	2 441 103	0,16	581 142	49 179	11,82	263 675	257 437	1,02	118 227	322 364	0,37
Março	365 117	2 445 571	0,15	589 574	49 345	11,95	261 910	258 194	1,01	119 872	322 878	0,37
Abril	377 794	2 451 304	0,15	603 454	49 759	12,13	269 830	259 650	1,04	117 588	323 690	0,36
Mai	365 111	2 453 748	0,15	578 101	49 964	11,57	241 660	260 281	0,93	112 623	324 302	0,35
Junho	370 141	2 458 544	0,15	593 255	50 157	11,83	233 695	261 150	0,89	102 731	324 615	0,32
Julho	363 418	2 455 485	0,15	600 371	50 216	11,96	233 007	261 561	0,89	100 732	324 974	0,31
Agosto	368 545	2 468 684	0,15	616 482	49 779	12,38	244 185	263 057	0,93	101 817	325 284	0,31
Setembro	382 677	2 477 008	0,15	616 255	49 703	12,40	259 088	264 163	0,98	106 481	325 893	0,33
Outubro	372 551	2 482 875	0,15	592 172	49 928	11,86	250 273	264 990	0,94	110 266	326 189	0,34
Novembro	373 048	2 490 152	0,15	607 097	50 097	12,12	252 911	265 977	0,95	109 395	326 535	0,34

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-NOVEMBRO 2004

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 999	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48
Abril	56 048	4 184	13,40	46 492	3 395	13,69	1 689	586	2,88	1 482 106	2 935 073	0,50
Mai	56 280	4 215	13,35	43 704	3 402	12,85	1 677	592	2,83	1 440 484	2 940 711	0,49
Junho	56 136	4 245	13,22	43 368	3 412	12,71	1 636	585	2,80	1 412 663	2 943 323	0,48
Julho	55 577	4 261	13,04	41 560	3 427	12,13	1 493	587	2,54	1 370 298	2 943 839	0,47
Agosto	56 073	4 291	13,07	43 462	3 457	12,57	1 561	586	2,66	1 438 712	2 956 463	0,49
Setembro	56 231	4 323	13,01	43 533	3 474	12,53	1 562	587	2,66	1 449 077	2 965 376	0,49
Outubro	56 315	4 380	12,86	44 066	3 489	12,63	1 556	583	2,67	1 443 926	2 963 981	0,49
Novembro	55 678	4 389	12,69	44 736	3 482	12,85	1 664	585	2,84	1 435 388	2 980 812	0,48
Dezembro	55 814	4 399	12,69	43 771	3 492	12,53	1 580	582	2,71	1 392 214	2 982 247	0,47
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
Janeiro	55 670	4 411	12,62	46 845	3 490	13,42	1 721	584	2,95	1 418 369	2 998 328	0,47
Fevereiro	55 755	4 412	12,64	46 587	3 476	13,40	1 665	580	2,87	1 425 488	2 990 798	0,48
Março	55 417	4 439	12,48	43 710	3 482	12,55	1 659	583	2,85	1 396 831	3 000 406	0,47
Abril	55 689	4 463	12,48	45 571	3 461	13,17	1 689	581	2,91	1 433 303	3 009 915	0,48
Mai	55 795	4 497	12,41	44 310	3 469	12,77	1 558	581	2,68	1 364 952	3 010 400	0,45
Junho	55 811	4 517	12,36	44 738	3 487	12,83	1 496	583	2,57	1 392 775	3 024 359	0,46
Julho	56 182	4 540	12,37	44 003	3 492	12,60	1 529	584	2,62	1 384 265	3 033 281	0,46
Agosto	56 119	4 778	11,75	45 013	3 490	12,90	1 565	581	2,69	1 410 023	3 038 784	0,46
Setembro	56 270	4 881	11,53	44 473	3 533	12,59	1 557	580	2,68	1 420 135	3 042 130	0,47
Outubro	56 307	4 961	11,35	45 979	3 555	12,93	1 627	579	2,81	1 419 095	3 050 164	0,47
Novembro	56 196	5 175	10,86	46 560	3 550	13,12	1 797	581	3,09	1 453 839	3 058 613	0,48
Dezembro	56 299	5 208	10,81	44 667	3 553	12,57	1 746	580	3,01	1 429 579	3 066 114	0,47
2004												
Janeiro	56 371	5 283	10,67	48 176	3 555	13,55	1 828	579	3,16	1 402 865	3 074 536	0,46
Fevereiro	56 456	5 378	10,50	47 089	3 555	13,25	1 973	580	3,40	1 447 368	3 079 596	0,47
Março	56 250	5 558	10,12	45 960	3 561	12,91	1 846	581	3,18	1 440 529	3 085 688	0,47
Abril	57 532	5 577	10,32	47 351	3 570	13,26	1 968	584	3,37	1 475 517	3 094 134	0,48
Mai	56 916	5 736	9,92	43 980	3 590	12,25	1 797	583	3,08	1 400 188	3 098 204	0,45
Junho	57 113	5 881	9,71	44 149	3 584	12,32	1 750	585	2,99	1 402 834	3 104 516	0,45
Julho	57 327	5 958	9,62	43 942	3 580	12,27	1 764	584	3,02	1 400 561	3 102 358	0,45
Agosto	57 488	6 175	9,31	45 867	3 598	12,75	1 801	583	3,09	1 436 185	3 117 160	0,46
Setembro	56 990	6 349	8,98	47 445	3 611	13,14	1 853	579	3,20	1 512 137	3 127 306	0,48
Outubro	57 609	6 444	8,94	45 148	3 631	12,43	1 717	579	2,97	1 429 736	3 134 636	0,46
Novembro	57 681	6 579	8,77	45 790	3 633	12,60	1 752	573	3,06	1 447 674	3 143 546	0,46

FONTE: Copel

TABELA 13 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2004

PERÍODO	VENDAS (m³)			
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 237	1 570 286	3 031 864	842 913
2001	408 320	1 477 508	3 229 577	819 977
2002	378 011	1 433 019	3 347 856	784 624
Janeiro	29 285	125 037	238 069	58 952
Fevereiro	30 644	121 912	251 285	59 661
Março	31 048	117 157	315 491	68 877
Abril	37 331	119 122	286 166	58 986
Maiο	33 263	117 015	265 154	72 089
Junho	33 723	107 585	267 350	62 376
Julho	31 489	118 516	290 385	74 586
Agosto	31 562	115 781	297 533	67 730
Setembro	29 388	114 669	301 084	67 525
Outubro	33 943	129 388	331 778	66 908
Novembro	29 870	113 496	265 680	62 544
Dezembro	26 463	133 341	237 880	64 391
2003	288 062	1 471 381	3 437 857	760 707
Janeiro	25 267	116 164	234 057	53 169
Fevereiro	24 174	99 755	255 574	57 442
Março	35 540	105 729	304 958	60 181
Abril	30 693	122 433	287 864	58 500
Maiο	29 064	132 781	296 632	65 739
Junho	28 385	116 296	265 177	62 991
Julho	31 583	127 436	299 137	70 808
Agosto	19 449	120 369	315 306	68 786
Setembro	17 061	122 516	308 080	69 414
Outubro	18 311	133 325	324 679	67 121
Novembro	14 126	122 114	278 756	61 910
Dezembro	14 410	152 463	267 636	64 646
2004	145 068	1 143 961	2 728 037	594 641
Janeiro	14 941	127 247	251 311	58 860
Fevereiro	12 690	118 814	263 918	57 378
Março	18 185	131 563	345 506	64 512
Abril	15 605	136 898	323 807	65 531
Maiο	14 879	119 259	274 000	67 714
Junho	19 322	119 630	292 933	71 403
Julho	18 630	132 095	309 222	74 441
Agosto	14 836	126 034	343 365	70 303
Setembro	15 980	132 421	323 976	64 501

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 14 - ÍNDICES DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, NO PARANÁ - 2000-2004

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	2000	2001	2002	2003	jan/03	fev/03	mar/03	abr/03	maio/03	jun/03	jul/03	ago/03	set/03	out/03
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	85,76	83,36	103,02	101,57	104,01	100,18	112,10	102,70	97,04	104,88
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	96,97	93,10	99,06	97,79	97,10	89,42	96,51	101,34	96,42	101,85
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	97,30	93,35	99,12	97,91	97,07	89,36	96,53	101,33	96,38	101,69
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	72,80	78,75	80,74	98,03	106,24	91,34	100,77	98,33	88,51	103,43
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	97,29	82,75	83,65	87,02	98,31	83,15	96,55	93,17	93,77	103,40
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	91,05	88,50	95,41	97,49	100,74	91,31	100,51	99,67	95,06	102,94

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)												
	nov/03	dez/03	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04
Combustíveis e lubrificantes	102,92	102,47	...	97,09	90,40	110,57	106,53	109,65	103,72	111,23	105,08	105,11	104,25
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	102,60	127,87	...	100,22	100,47	109,47	113,62	106,67	102,65	111,88	106,72	108,20	118,31
Hipermercados e supermercados	102,37	127,61	...	100,38	100,49	109,48	113,74	106,62	102,52	111,89	106,74	108,29	118,48
Tecidos, vestuário e calçados	100,37	180,69	...	86,24	82,37	96,11	97,43	136,38	108,33	111,91	98,17	96,98	97,76
Móveis e eletrodomésticos	103,95	176,97	...	118,40	92,30	109,96	106,99	130,89	125,08	131,49	127,68	121,86	132,93
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	101,77	93,22	108,26	106,42	114,07	107,11	105,01	105,19	98,37	102,77
Livros, jornais, revistas e papelaria	120,51	110,92	97,00	78,83	86,54	71,40	76,46	76,42	67,92	68,01
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	112,64	85,83	116,92	104,35	125,58	111,55	92,00	89,05	80,43	75,68
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,61	115,32	105,91	111,39	112,41	100,55	101,53	100,42	94,63	110,41
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	104,60	132,69	...	100,67	96,43	108,06	109,22	113,14	105,60	112,67	107,11	106,46	113,70

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 15 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2004

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	jan/03	fev/03	mar/03	abr/03	maio/03
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	93,2	95,2	98,3	104,0	103,4
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	76,3	79,5	93,4	102,8	116,3
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	85,6	95,0	97,1	72,3	77,2
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	101,6	106,3	104,4	105,8	109,5
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	100,0	92,7	101,8	98,0	90,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	131,7	88,6	72,1	180,4	77,3
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	98,4	88,6	96,7	100,7	89,6
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	83,5	101,8	96,6	92,3	100,1
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	95,8	102,6	102,5	86,3	89,1
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	95,2	93,4	101,6	96,2	101,4
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	85,7	96,4	98,4	96,6	95,6
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	104,8	111,0	104,4	106,6	100,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	89,3	81,1	95,2	102,4	102,7
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	105,0	130,1	121,9	116,2	137,2
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	79,4	80,1	71,2	80,0	81,6

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	jun/03	jul/03	ago/03	set/03	out/03	nov/03	dez/03	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04
Indústria de transformação	100,5	115,4	112,1	117,1	122,9	109,1	96,9	...	98,5	103,3	115,6	109,0	106,4	102,9	117,0	133,1	139,6	131,1
Alimentos	105,4	118,2	122,5	121,9	121,7	105,2	93,2	...	83,0	84,2	102,6	114,3	109,0	114,0	124,3	132,7	127,8	118,3
Bebidas	74,9	86,9	90,4	93,3	114,3	115,5	129,7	...	91,3	99,1	104,2	91,7	78,7	71,3	82,5	89,3	113,3	107,8
Madeira	104,4	111,1	109,6	124,2	134,3	125,1	120,8	...	129,7	111,9	142,6	135,6	131,3	129,2	132,6	144,0	145,8	137,6
Celulose, papel e produtos de papel	105,0	103,1	105,0	103,9	103,0	98,1	101,3	...	104,3	95,8	103,2	102,2	111,2	101,5	106,8	103,0	104,3	108,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	152,8	158,6	88,5	206,4	181,0	100,1	164,6	...	87,7	171,5	179,9	123,0	128,6	97,7	110,4	196,2	367,3	288,3
Refino de petróleo e álcool	102,9	110,2	105,3	103,9	109,1	96,8	92,5	...	90,1	89,9	94,9	91,9	53,9	16,8	76,6	112,0	120,1	110,9
Outros produtos químicos	108,4	138,7	138,2	131,6	135,0	78,9	60,4	...	108,4	93,1	62,3	70,7	96,4	106,0	88,1	114,8	130,1	124,7
Borracha e plástico	76,9	92,3	96,8	93,6	110,0	101,9	92,2	...	105,0	97,7	105,6	88,7	94,3	86,6	96,7	106,7	109,2	106,9
Minerais não metálicos	93,4	102,9	98,7	94,9	99,1	97,7	91,4	...	86,1	85,3	94,2	87,3	89,4	88,4	97,7	99,3	95,5	88,9
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	90,3	102,9	95,3	106,8	109,8	110,8	94,6	...	98,9	92,3	116,1	97,0	106,1	109,6	111,9	118,1	101,4	103,6
Máquinas e equipamentos	81,7	112,8	115,8	120,5	144,6	158,6	104,1	...	110,9	148,1	161,2	122,8	117,4	117,3	119,6	149,6	150,0	157,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	92,7	128,2	92,0	98,7	109,5	85,2	90,2	...	81,5	81,6	93,9	92,6	100,9	91,5	111,8	92,0	94,0	85,0
Veículos automotores	95,6	127,6	126,9	113,5	128,7	127,0	78,4	...	130,9	139,3	166,8	155,6	165,0	188,6	212,0	217,0	190,4	182,2
Mobiliário	82,9	86,7	92,5	102,6	114,3	117,0	100,6	...	71,6	73,6	98,3	85,1	92,7	91,9	89,8	95,7	102,4	99,2

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 16 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2004

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001 = 100)												
	2001	2002	2003	Jan/03	Fev/03	Mar/03	Abr/03	Mai/03	Jun/03	Jul/03	Ago/03	Set/03	Out/03
Indústria geral	100,00	100,22	102,65	100,35	101,08	101,97	102,43	103,39	103,39	103,13	103,24	104,51	103,35
Indústrias extrativas	100,00	96,26	91,98	95,84	96,52	97,89	96,84	95,79	97,05	91,46	91,25	90,41	83,57
Indústria de transformação	100,00	100,27	102,78	100,41	101,15	102,02	102,50	103,48	103,46	103,26	103,38	104,68	103,58
Alimentos e bebidas	100,00	108,69	119,34	109,63	108,94	113,51	118,04	118,94	120,28	120,41	121,52	124,95	127,66
Fumo	100,00	94,35	86,70	50,43	171,00	180,85	174,18	104,34	53,33	52,46	52,17	52,17	51,59
Têxtil	100,00	100,60	95,15	98,25	96,86	96,88	93,27	94,98	94,74	95,36	95,84	95,66	93,33
Vestuário	100,00	110,60	120,82	117,62	116,98	119,21	119,01	121,14	120,55	127,25	123,93	125,08	121,76
Calçados e couro	100,00	92,12	83,03	88,35	88,38	87,05	83,70	84,68	81,76	80,06	79,18	83,47	82,48
Madeira	100,00	90,52	87,71	91,52	93,16	92,73	90,37	89,69	89,35	84,73	85,48	85,78	83,39
Papel e gráfica	100,00	102,00	112,58	110,62	113,98	114,47	108,90	108,02	107,79	113,23	113,38	113,65	114,94
Refino de petróleo e combustíveis	100,00	107,12	148,91	87,92	90,95	98,56	120,37	187,11	190,39	189,46	190,36	190,30	161,53
Produtos químicos	100,00	96,83	87,29	89,69	90,55	90,37	88,33	84,34	81,70	86,36	86,14	89,05	92,58
Borracha e plástico	100,00	103,79	92,86	98,23	97,83	96,39	97,41	97,69	96,47	93,98	92,28	90,34	82,97
Minerais não-metálicos	100,00	110,98	108,27	110,09	109,05	108,71	108,61	108,42	106,96	113,03	111,93	113,22	105,07
Metalurgia básica	100,00	84,00	76,32	73,15	75,37	74,70	79,05	79,52	84,71	79,47	71,90	71,24	76,69
Produtos de metal ⁽¹⁾	100,00	94,47	96,42	94,93	100,54	102,08	102,48	96,96	96,51	95,24	94,44	94,36	92,09
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,00	110,52	124,33	119,29	119,83	119,88	124,84	125,85	123,26	118,04	120,69	121,09	122,56
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	100,00	101,98	92,26	103,37	102,59	96,72	91,37	92,37	93,00	89,91	88,54	87,71	87,18
Fabricação de meios de transporte	100,00	90,93	96,31	92,53	93,86	94,67	95,44	96,02	96,91	97,68	98,38	97,81	98,58
Fabricação de outros produtos	100,00	81,57	71,71	71,28	71,31	70,61	70,49	69,26	70,76	68,16	70,04	73,78	74,92

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001=100)												
	Nov/03	Dez/03	2004	Jan/04	Fev/04	Mar/04	Abr/04	Mai/04	Jun/04	Jul/04	Ago/04	Set/04	Out/04
Indústria geral	103,48	101,53	...	102,03	102,11	102,97	105,21	107,53	108,23	107,23	108,69	109,07	109,38
Indústrias extrativas	83,87	83,25	...	84,30	85,40	86,21	86,90	87,85	87,59	81,78	82,72	83,24	82,08
Indústria de transformação	103,71	101,75	...	102,23	102,30	103,16	105,43	107,76	108,49	107,55	109,02	109,40	109,72
Alimentos e bebidas	126,78	121,43	...	120,01	118,61	120,70	123,00	123,88	123,39	122,71	126,53	128,88	130,37
Fumo	50,43	47,53	...	68,69	184,90	189,25	235,62	222,87	53,33	52,74	53,62	54,49	54,19
Têxtil	94,06	92,58	...	92,42	95,25	98,01	95,44	95,08	94,50	94,06	93,78	93,75	91,62
Vestuário	120,19	117,09	...	120,73	118,20	118,69	131,57	140,91	142,76	145,06	147,46	147,47	151,78
Calçados e couro	81,47	75,78	...	76,47	74,65	69,70	71,73	72,48	73,22	76,47	80,67	79,53	79,40
Madeira	82,92	83,40	...	86,56	88,25	90,99	91,86	90,66	90,62	91,24	91,69	90,68	88,98
Papel e gráfica	116,17	115,79	...	116,62	116,82	115,00	115,09	114,35	115,30	114,68	115,59	117,47	117,67
Refino de petróleo e combustíveis	143,19	136,84	...	96,31	97,42	105,34	128,15	180,68	185,61	185,11	183,67	184,77	183,86
Produtos químicos	88,47	79,94	...	81,39	84,09	84,29	85,45	87,23	90,41	87,16	85,49	87,08	90,12
Borracha e plástico	84,94	85,78	...	87,14	88,14	87,42	89,46	90,27	90,27	92,36	94,06	94,16	93,74
Minerais não-metálicos	102,77	101,32	...	104,36	107,41	105,28	114,83	113,53	115,86	112,96	114,61	111,05	110,43
Metalurgia básica	77,09	72,98	...	74,93	75,17	74,43	71,33	70,51	70,13	71,82	72,10	75,55	72,87
Produtos de metal ⁽¹⁾	93,24	94,15	...	96,41	96,39	96,51	97,72	96,89	96,98	90,45	95,80	94,79	94,59
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	139,08	137,58	...	139,35	135,85	137,77	136,79	136,96	137,72	132,27	132,26	133,53	132,14
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	86,98	87,35	...	87,01	87,52	87,87	85,85	91,24	90,77	83,67	82,95	84,38	85,03
Fabricação de meios de transporte	97,07	96,79	...	97,54	98,14	98,33	97,91	100,75	105,20	105,09	105,35	106,02	108,05
Fabricação de outros produtos	75,05	74,84	...	75,62	74,50	74,38	72,61	75,82	77,49	76,74	76,88	75,91	75,34

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 17 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2004

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
Janeiro	2 438	358	- 257	865	-2 302	-	1 102
Fevereiro	1 572	- 553	1 068	3 227	197	-	5 511
Março	3 623	-1 569	1 580	3 922	1 205	-	8 761
Abril	8 059	361	1 500	1 345	5 047	-	16 312
Maiο	5 559	1 446	1 646	2 005	6 342	-	16 998
Junho	1 545	531	2 337	2 431	3 726	-	10 570
Julho	1 829	954	1 617	382	208	-	4 990
Agosto	2 461	316	2 044	2 227	-343	-	6 705
Setembro	3 440	355	4 081	3 078	-719	-	10 235
Outubro	936	664	2 763	2 052	-1 476	-	4 939
Novembro	-1 949	-870	3 858	-247	-3 635	-	-2 843
Dezembro	-5 478	-3 369	-365	-6 988	-8 491	-	-24 691
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
Janeiro	2 414	647	366	1 682	-177	-	4 932
Fevereiro	3 558	-117	1 552	5 534	243	-	10 770
Março	3 210	-706	956	1 042	1 117	5	5 624
Abril	6 850	-874	2 837	1 546	6 915	3	17 277
Maiο	3 418	995	2 141	1 455	8 202	5	16 216
Junho	912	-566	1 901	1 186	1 796	-	5 229
Julho	752	-549	1 593	1 232	443	-	3 471
Agosto	2 157	-608	2 380	5 311	-542	-	8 698
Setembro	4 106	336	2 737	2 875	59	-	10 113
Outubro	1 416	-36	2 683	2 810	135	-	7 008
Novembro	-1 024	-78	5 742	1 965	-2 393	-	4 212
Dezembro	-9 703	-2 347	-114	-9 293	-9 723	-	-31 180
2004	61 580	3 865	30 400	36 206	16 337	2	148 390
Janeiro	1 699	828	768	2 489	374	-	6 158
Fevereiro	4 276	-100	3 492	4 389	-302	-	11 755
Março	8 436	-16	3 395	3 389	1 806	-	17 010
Abril	11 360	-310	2 274	3 855	5 271	-	22 450
Maiο	9 842	1 745	3 318	4 859	5 337	-	25 101
Junho	4 556	-173	2 769	3 048	1 866	-	12 066
Julho	4 240	-337	3 145	3 949	774	-	11 771
Agosto	6 616	1 438	4 969	5 167	762	-	18 952
Setembro	6 281	421	2 731	3 032	481	-	12 946
Outubro	4 274	369	3 539	2 029	-32	2	10 181

FONTE: CAGED -MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 18 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -
DEZ 2002 – OUT 2004

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002	
Dezembro	6,4
2003	
Janeiro	7,8
Fevereiro	9,0
Março	10,0
Abril	9,6
Mai	10,2
Junho	10,2
Julho	10,3
Agosto	8,4
Setembro	8,4
Outubro	8,5
Novembro	8,0
Dezembro	6,5
2004	
Janeiro	7,1
Fevereiro	7,5
Março	8,9
Abril	8,2
Mai	8,4
Junho	8,7
Julho	8,9
Agosto	8,2
Setembro	7,9
Outubro	8,4

FORNTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 19 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2003

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Varição Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002	81 449	1,70	1 346 028	1,93
2003 ⁽²⁾	96.381	3,40	1 556 182	0,54

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Preços correntes.

(2) Estimativa.